

CADERNO DE GESTÃO
DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS I

Guia para
Aplicação da
Metodologia
de Mobilização
de Pessoas
Pré-Egressas

SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE | COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS



SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE
COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS

**CADERNO DE GESTÃO
DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS I**
Guia para
Aplicação da
Metodologia
de Mobilização
de Pessoas
Pré-Egressas





Esta obra é licenciada sob uma licença Creative Commons -
Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. 4.0 Internacional.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

B823c

Brasil. Conselho Nacional de Justiça.
Caderno de gestão dos escritórios sociais I [recurso eletrônico] : Guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Inclui bibliografia

90 p. (Série Justiça Presente. Coleção política para pessoas egressas).

Versão PDF.

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-65-88014-58-5

ISBN 978-65-88014-04-2 (Coleção)

1. Política penal. 2. Política prisional. 3. Escritório social. 4. Gestão. 5. Reintegração social. 6. Egressos do sistema prisional. I. Título. II. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. III. Departamento Penitenciário Nacional. IV. Lanfredi, Luís Geraldo Sant'Ana (Coord.) V. Série.

CDU 343.8 (81)

CDD 345

Bibliotecário: Phillipe de Freitas Campos CRB-1/3282

Coordenação Série Justiça Presente: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi; Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Débora Neto Zampier

Autoria: Maria Palma Wolff

Supervisão: Felipe Athayde Lins de Melo; Melina Machado Miranda; Pollyanna Bezerra Lima Alves

Apoio: Comunicação Justiça Presente

Projeto gráfico: Sense Design & Comunicação

Revisão: Orientse

Fotos: Capa, pg 11 e pg 25 - Unsplash; pg 31 e pg 63 - CNJ

Apresentação

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil sempre foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente fundadas em evidências e boas práticas. Esse cenário começou a mudar em janeiro de 2019, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O programa conta, ainda, com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional.

As publicações realizadas no âmbito do programa trazem temáticas afeitas ao Justiça Presente, como alternativas penais, monitoração eletrônica e atenção às pessoas egressas do sistema prisional, consolidando políticas públicas e fornecendo rico material para capacitações e sensibilização de atores.

É animador perceber o potencial de transformação de um trabalho realizado de forma colaborativa, que busca incidir nas causas ao invés de insistir nas mesmas e conhecidas consequências, sofridas de forma ainda mais intensa pelas classes mais vulneráveis. Quando a mais alta corte do país entende que pelo menos 800 mil brasileiros vivem em um estado de coisas que opera à margem da nossa Constituição, não nos resta outro caminho senão agir.

Estes “Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais” são voltados aos serviços – estaduais ou municipais; públicos, privados ou da sociedade civil; do Poder Judiciário ou do Executivo – que se destinam ao atendimento de pessoas egressas e seus familiares. São três Cadernos que auxiliarão gestores e profissionais na qualificação dos serviços, propondo metodologias específicas e inéditas para a mobilização de pessoas pré-egressas, para a singularização do atendimento e para a gestão dos Escritórios Sociais.

A publicação dos cadernos complementa a Resolução CNJ Nº 307/2019, a publicação da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e a disseminação dos Escritórios Sociais em todo o país, visando a dar uma resposta efetiva para a reintegração social das pessoas que deixam os cárceres brasileiros.

José Antonio Dias Toffoli

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Tânia Regina Silva Reckziegel

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Fernando Pessoa da Silveira Mello

Diretor Executivo DMF/CNJ: Victor Martins Pimenta

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Ricardo de Lins e Horta

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: André Luiz de Almeida Mendonça

Depen - Diretora-Geral: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Depen - Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel Sousa Barradas

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

Coordenador Eixo 3 (equipe técnica): Felipe Athayde Lins Melo

Coordenadora-Adjunta Eixo 3 (equipe técnica): Pollyanna Bezerra Lima Alves

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um processo participativo que teve o tamanho do Brasil e que pode ser explicitado em três momentos:

Primeiro, quando da concepção do processo metodológico, as conversas com Olga Spinoza – desde Santiago do Chile – Luciano Losekann deram sentido às primeiras formulações; Petra Pfaller, Marta Conte, Esalba Silveira, Mariana Leiras fizeram leituras e comentários ao material inicial e Luciane Engel trouxe exemplos de sua prática para compor os anexos deste trabalho. Este texto é basicamente a tradução de todas estas contribuições.

Outro momento aconteceu com os encontros de formação para implantação dos Escritórios Sociais, quando, no segundo semestre de 2019, a Metodologia foi exposta para representantes de todos os estados brasileiros. Estes encontros e as discussões ali travadas puderam não apenas qualificar a proposta metodológica e os instrumentos nela contidos, mas consolidar a importância de seus fundamentos. A amplitude deste processo vivenciado impede a nomeação de cada contribuição, mas não a expressão do agradecimento a todos que ali participaram.

Depois, com a proposta já delineada, pudemos contar com o encontro de validação, no qual participaram egressos e familiares, cujas falas reforçaram a necessidade de constituição de processos que possibilitem a escuta e a reflexão sobre as experiências vivenciadas na prisão, e o reconhecimento das possibilidades e das dificuldades da “saída”. Assim, foi possível ter certeza de que estávamos no caminho certo. Este momento de validação e revisão contou também com a leitura atenta de Iñaki Riveira Beiras – desde Barcelona e com as contribuições de Christiane Russomano Freire e de Giovane Scherer.

Tudo isso, contudo, só foi viável pelo ineditismo do Programa Justiça Presente e suas propostas de trabalho. Registro a leitura crítica de Luana Basílio e Silva; a presença e o decisivo apoio de Felipe Athayde

Lins de Melo; e especialmente a cumplicidade e o profissionalismo de Pollyanna Alves, que participou de absolutamente todos os momentos desta elaboração. Todas estas contribuições traduzem o privilégio e a gratidão da autora deste Guia em ter participado da “Consultoria para elaboração de metodologia para mobilização da pessoa pré-egressa”.

Apresentação técnica

O “Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas ” busca instrumentalizar as equipes vinculadas aos Escritórios Sociais e aos estabelecimentos prisionais para a implementação de atividades de preparação da saída da prisão ou para a semiliberdade. O Guia é parte do trabalho do projeto Justiça Presente que é desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), para a melhoria das condições de cumprimento de penas e de medidas socioeducativas, e também para o desenvolvimento de políticas para pessoas egressas no Brasil.

Um dos eixos do projeto Justiça Presente trata dos “Subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional” cuja estratégia principal é a instalação de Escritórios Sociais nas capitais dos 27 estados da federação e também para o aprimoramento dos serviços locais já existentes para atendimento deste público. Nesta linha, buscando fomentar a disseminação de equipamentos específicos destinados às pessoas egressas, fomentando uma política de atenção a pessoa egressa no país, em dezembro de 2019 foi publicada a Resolução No 307 a qual instituiu, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. A normativa elucida que as ações de atenção às pessoas egressas do sistema prisional serão centralizadas, no âmbito do Poder Judiciário, nos Escritórios Sociais, em articulação com o Poder Executivo. Os Escritórios Sociais são propostos com gestão compartilhada dos poderes Judiciário e Executivo Estadual e se destinam ao acolhimento e acompanhamento de pessoas egressas por equipes da rede de serviços de proteção e inclusão social, além do auxílio aos estabelecimentos prisionais no processo de preparação das pessoas presas para a liberdade. É justamente nesta perspectiva que se inclui a proposta de

Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, elaborada para auxiliar a implementação de ações voltadas para a preparação para a liberdade e sobre o que esse Guia vai se debruçar.

Este Manual traz os objetivos, os princípios, as responsabilidades institucionais, o processo de planejamento das atividades, a construção do Plano Individual de Saída, os atendimentos individuais, a realização das oficinas, as formas de articulação, de monitoramento, de avaliação das atividades e da comunicação de boas práticas. No entanto, sempre é bom lembrar que as condições dos estabelecimentos prisionais, as demandas específicas, possuem um infindável número de variáveis, que somente serão conhecidas em cada realidade, sendo assim, as propostas aqui apresentadas devem ser adaptadas a cada contexto.

Esperamos que esse guia se constitua, não só como um instrumento técnico, mas principalmente, como um estímulo à implantação e/ou aprimoramento de atividades de atendimento à pessoa pré-egressa. Ainda que muitas dificuldades se imponham para o desenvolvimento destas práticas, temos o dever ético e profissional de potencializar os pequenos espaços de liberdade existentes e de enfrentar os muros simbólicos que nos aprisionam em rotinas que apenas reproduzem e justificam a lógica do encarceramento.

SUMÁRIO

PARTE I – Entendendo a metodologia e seus fundamentos

1. O que é a Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas? Quais são seus objetivos?	12
2. Quem é a pessoa pré-egressa?	13
2.1. Presença da questão social: as desigualdades de raça e de classe	13
2.2. Desconsideração aos direitos individuais	14
2.3. Consequências da vida na prisão	14
3. Quais os princípios que embasam as ações propostas?	15
3.1. Reconhecimento da realidade prisional e de suas consequências	15
3.2. Inserção na realidade social, territorial e comunitária	15
3.3. Perspectiva de rede contraposta às práticas endógenas e isoladas	16
3.4. Reconhecimento da pessoa pré-egressa como sujeito de direitos, comprometimento com os direitos humanos e respeito às diferenças	17
3.5. Práticas realizadas com avaliação e crítica permanentes	17
3.6. Participação como base das ações	17
4. Quais são as instituições implicadas e quais as atribuições propostas?	18
4.1. Escritórios Sociais	18
4.2. Órgão central de administração penitenciária	20
4.3. Unidades prisionais	21
4.4. Prefeituras municipais	22
4.5. Conselhos da Comunidade	22
4.6. Poder Judiciário	22

PARTE II – Preparando a implementação das ações

5. Como a Metodologia se organiza? Quais os eixos das ações?	26
6. Como iniciar a implantação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas? Com quem articular?	27
7. O que é o diagnóstico situacional?	27
7.1. Realidade social	28
7.2. Realidade prisional	28
8. Como elaborar o planejamento local?	29

PARTE III – O atendimento direto

9. Como se dá o ingresso no atendimento?	32
10. O que é o Plano Individual de Saída?	32
11. O que deve ser abordado no atendimento individual?	33
12. O que é o Mapa de Saída?	34
13. O que são as oficinas temáticas e o que devem abordar?	35
14. Quais são as finalidades de cada temática e quais seus instrumento e técnicas?	37
14.1. Direitos e recursos de cidadania	37
14.2. A prisão e suas consequências	43
14.3. Relações pessoais, familiares e comunitárias	51
14.4. Trabalho e alternativas profissionais	55
15. Que atividades complementares podem ser desenvolvidas?	61

PARTE IV – Qualificação técnica, apoio e divulgação da prática

16. O que é a formação continuada?	64
16.1. Para executores da Metodologia	64
16.2. Atividades para o conjunto de servidores do estabelecimento prisional	65
16.3. Capacitação da rede de serviços e parcerias	65
17. Como é feito o monitoramento e supervisão da prática?	65
18. Quando e como é importante fazer a avaliação das atividades?	66
19. Como fazer a comunicação social e a divulgação?	66
19.1. Divulgação Interna	67
19.2. Divulgação na rede participante e comunidade em geral	67
19.3. Comunicação científica	67
20. O quê e porquê registrar as ações realizadas?	68
20.1. Registro das atividades em geral	68
20.2. Registro dos atendimentos individuais	68
21. Depois de tudo, o que é importante destacar?	68

BIBLIOGRAFIA

71

ANEXOS

Anexo 1. Folder explicativo da Metodologia	76
Anexo 2. Diagnóstico situacional	78
Anexo 3. Roteiro de planejamento local	81
Anexo 4. Plano Individual e Mapa da Saída	83
Anexo 5. Atividades complementares	85
Anexo 6. Portaria estadual de adoção da Metodologia	86



Parte I

ENTENDENDO A
METODOLOGIA E
SEUS FUNDAMENTOS

1 O QUE É A METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO DE PESSOAS PRÉ-EGRESSAS? QUAIS SÃO SEUS OBJETIVOS?

A Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas trata da construção conjunta (profissional e preso(a)) de um plano de saída para ser trabalhado através de atendimentos individuais, oficinas e atividades complementares, nos seis meses anteriores à liberdade. Oferece subsídios àquelas equipes ou profissionais que buscam instrumentos para não naturalização da realidade prisional e que acreditem nas potencialidades dos sujeitos, nos direitos de cidadania e na possibilidade de fazer diferente – e diferença – no desempenho de suas funções. No delineamento desta metodologia, foi considerado tanto as condições propostas para o cumprimento da pena, dispostas em diferentes mecanismos legais, como Constituição Federal, Lei de Execução Penal, Regras de Nelson Mandela, como o conhecimento da realidade e do quanto ela está distante deste ideal legal. A superpopulação carcerária e as precárias condições sanitárias e de habitabilidade de grande parte dos estabelecimentos penais, a presença de facções criminosas, assim como as dificuldades para implementação das assistências previstas, são alguns dos aspectos já considerados estruturantes e inerentes ao sistema penitenciário no Brasil, e que certamente terão impacto no processo de retorno do preso à vida em liberdade.

É neste contexto que se delinea a importância do atendimento proposto, cujo objetivo geral é:

Aportar subsídios aos Escritórios Sociais e às equipes dos estabelecimentos prisionais na mobilização para o atendimento das pessoas pré-egressas do sistema prisional, tendo em vista a construção de projetos de vida com inserção crítica, autônoma e cidadã em sua vida pós-carcerária.

Os objetivos específicos propostos para a aplicação da Metodologia são:

- (i) Iniciar com o(a)s pré-egresso(a)s um processo de preparação para a liberdade, possibilitando o reconhecimento das dificuldades e potencialidades individuais, familiares e sociais, visando a construção de estratégias para enfrentamento das circunstâncias presentes quando de sua reinserção social.
- (ii) Vincular o(a) egresso(a) aos Escritórios Sociais ou a outros serviços de atendimentos pós-carcerários, viabilizando o acesso aos recursos das políticas sociais para a redução das vulnerabilidades existentes e dos danos do processo de prisionização.
- (iii) Fomentar articulações com instituições da sociedade civil, do sistema de segurança pública e de justiça penal com vistas à ampliação do comprometimento com o respeito dos direitos das pessoas presas e egressas e ao estímulo à construção de processos desencarceradores.

O intuito é, portanto, de preparação das pessoas pré-egressas para poderem acessar e demandar com autonomia os serviços e assistências propostos para o exercício da cidadania, enfrentando os desafios da saída da prisão com os suportes necessários para a organização de sua vida social e pessoal.

2 QUEM É A PESSOA PRÉ-EGRESSA NO CONTEXTO DA METODOLOGIA E QUAIS SÃO SUAS CONDICIONANTES?

Para fins de aplicação da Metodologia serão considerados como pré-egressas as pessoas que possuem previsão de saída em seis meses, tanto do regime fechado como do semiaberto.

No entanto, mais do que uma questão jurídica e temporal, a definição de “quem é a pessoa pré-egressa” exige a explicitação de alguns fatores, os quais já foram plenamente comprovados tanto pela contundência dos dados empíricos – conforme demonstram os relatórios do Infopen – como em diferentes análises teóricas. Baseado nestes dados, no desenho metodológico aqui proposto, entende que, apesar das condições singulares de cada preso(a) com sua história de determinações de classe social, gênero, raça, família, potencialidades individuais, saúde, trabalho, trajetórias institucionais, nível educacional, formação profissional, etc. – existe algo que os une e que aqui foi traduzido a partir de três aspectos distintos, mas profundamente interligados.

Esses aspectos, mais do que conectados, são produzidos e se reproduzem em uma mesma realidade; todos irão repercutir para que as pessoas pré-egressas tenham uma maior ou menor capacidade de resiliência e possibilidade de construção de novos projetos de vida. São eles:

2.1. Presença da questão social: as desigualdades de raça e de classe

A caracterização da pessoa pré-egressa requer a compreensão de aspectos vinculados à condição social, que envolvem tanto sua história de vida anterior à prisão, como seu processo de “seleção” para o “mundo do crime” e suas condições e consequências do cumprimento de sua pena privativa de liberdade. A condição social – decorrente da classe social e da cor – e sua correlata criminalização da pobreza, decorre de uma hierarquização moral que referenda e naturaliza processos de construção e reconstrução histórica da desigualdade brasileira. Classe social, raça e cor da pele são os principais indicadores da desigualdade existente para o acesso aos bens que foram socialmente construídos, como conhecimento, cultura, novas tecnologias, etc. Nesse contexto, devem ser colocadas as políticas sociais, cujo financiamento e prestação por parte do Estado se encontram cada vez mais limitados, o que torna ainda maior o abismo existente entre os mais pobres e os mais ricos no Brasil, o que certamente terá impacto na saída da prisão.

2.2. Desconsideração aos direitos individuais

Outro condicionamento da pessoa pré-egressa é sua inserção “na vida do crime” e no sistema de justiça penal. O tipo de delito, o tempo e o regime de pena, o excessivo tempo de prisão preventiva, a presença ou não de defesa, a ocorrência de tortura, a vinculação a uma facção, as infrações disciplinares, são aspectos que terão impacto direto nas possibilidades e nas limitações que se colocam na saída da prisão. Mas, o mais impactante é o fato de que todas estas condições são naturalizadas e, muitas vezes, não reconhecidas como infrações de direitos existentes no transcorrer do processo penal e do cumprimento da pena. São questões que delineiam a dificuldade ou até a ausência de defesa: a criminalização da pobreza; as diferentes vulnerabilidades sociais e geracionais; condição de gênero e da cor de pele, entre outras que implicam numa fragilização do devido processo legal e, conseqüentemente, da própria concepção e efetivação da justiça. Essas vulnerabilidades vão se traduzir na seletividade existente no trabalho das polícias, nos processos de criminalização e penalização, no cumprimento da pena e, por fim, nas condições de saída e na possível reedição deste ciclo, com a reincidência criminal.

2.3. Consequências da vida na prisão

A prisão se estrutura a partir de uma lógica seletiva e repressora, que leva à despersonalização e anulação da subjetividade dos indivíduos a ela adstritos, ultrapassa, portanto, a perda da liberdade e fere a dignidade dos sujeitos, gerando conseqüências concretas para quem está sujeito a ela. Tais conseqüências são de diferentes ordens e envolvem, entre outros aspectos, sequelas físicas, sensoriais e emocionais. Temos então: a estrutura arquitetônica; a superpopulação carcerária; a ausência de espaços coletivos, como biblioteca, oficinas, salas de aula, etc.; a ausência de privacidade; a permanência em ambientes deteriorados, sujos, úmidos, contaminados e com pouca ventilação são aspectos que repercutem para que o índice de pessoas infectadas com o vírus HIV, hepatite e tuberculose, seja muito maior na prisão do que na população em geral. Nesse mesmo contexto está o agravamento das condições de saúde mental das pessoas presas e, do uso de drogas lícitas ou ilícitas. Por outro lado, as rígidas rotinas e os horários pré-definidos, a necessidade de adoção de padrões estereotipados de linguagem e expressão, a imposição de condutas, no modo de se deslocar e de se dirigir aos servidores, as roupas a serem usadas e os limites para acessar qualquer atendimento, são contrapostos à administração autônoma das facções no interior das galerias e alojamentos. Trata-se, portanto, de um *continuum* de produção e reprodução de ilegalismos e de relações de dominação e de poder¹, que terão

¹ MJ/Depen. WOLFF, Maria Palma. Postulados, princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do Sistema Prisional. Brasília. 2016. <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3ee754e254592ef408806d189d164bb5.pdf>

implicação não só durante o cumprimento da pena, mas também para as (im)possibilidades que se impõem na vida em liberdade, potencializando outros marcadores sociais de exclusão e vulnerabilidade.

3 **QUAIS OS PRINCÍPIOS QUE EMBASAM AS AÇÕES PROPOSTAS?**

O trabalho com pessoas privadas de liberdade deve considerar a complexidade e a relevância das inúmeras violações que estes sujeitos sofrem no decorrer de suas vidas, violações de direitos que não começam com a criminalização, mas que estão nela implicadas. São vulnerabilidades diversas que se somam, se articulam e se sobrepõem em diversos momentos e dimensões da vida. Neste sentido, o trabalho deve ter o compromisso ético de não naturalização e de não pactuação com esta realidade; compromisso este que pode ser explicitado pelos seguintes princípios:

3.1. Reconhecimento da realidade prisional e de suas consequências

A realização de um efetivo trabalho visando à inserção da pessoa privada de liberdade na vida social requer a compreensão das consequências da privação de liberdade. Sabe-se que para o preso ter uma “vida normal” na prisão, ele necessita se adaptar, não só às rotinas, mas também às relações de poder em vigor, sejam elas legal ou ilegalmente estabelecidas. Entender que deixar a prisão tem efeitos físicos, psíquicos, emocionais, sociais e culturais é compreender que a criminalização e a privação de liberdade compõem de forma estruturante a subjetividade da pessoa que participará do atendimento. Ainda hoje, as instituições prisionais convivem com situações de tortura e tratamento que fratura a dignidade da pessoa humana, com grande influência das facções criminosas, e com o fato de o Estado descumprir cotidianamente a lei. Nunca é demais lembrar que o aparato jurídico legal brasileiro foi estruturado para proteger interesses da propriedade – com seu corolário escravismo – e do patriarcalismo e que estas condições também parecem ter se arraigado em nossas instituições.

3.2. Inserção na realidade social, territorial e comunitária

A Constituição de 1988 propõe, entre outros mecanismos para a democratização do Estado, a descentralização administrativa. Advém desta perspectiva a consideração de que é no âmbito

do município que ocorrem as maiores possibilidades de transparência e de controle da gestão das políticas públicas; assim, a municipalização das políticas sociais expressa o pensamento de que a democracia será concretamente efetivada no cotidiano da vida pública.

Também, é através desta descentralização que se faz possível reconhecer as especificidades dos territórios, suas fragilidades e forças constituídas, viabilizando assim, um enfrentamento mais direto das demandas e necessidades locais. A identificação dos recursos sociais e culturais existentes em cada região, dos tipos de atividades produtivas e das demandas do mercado de trabalho, deve permear todo o processo de preparação para a saída. Considera-se que as pessoas egressas e suas famílias devem ser reconhecidas como partícipes de uma comunidade e de uma municipalidade específica, o que as torna, por direito, usuários dos serviços ali existentes. As questões que envolvem a saída do estabelecimento prisional devem ser, portanto, alvo de interesse e preocupação dos entes locais e, por isto, há que se estabelecer vínculos e articulações no âmbito municipal.

3.3. Perspectiva de rede contraposta às práticas endógenas e isoladas

O enfrentamento das condições expostas como características das pessoas pré-egressas exige uma amplitude de posicionamentos, providências e soluções, cujo caminho não é possível trilhar apenas de dentro da prisão e a uma única instituição ou especificidade profissional.

Assim, a intersetorialidade chama à participação as diferentes políticas sociais, as diferentes instituições do Estado e à responsabilização de todas as instituições do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Administração Prisional, Conselhos de Comunidade e Penitenciários, Ministério Público e Defensoria Pública). Da mesma forma, estão certamente implicados os três níveis de governo: o município, pelo fato de ser ali que a execução de programas e os principais mecanismos de participação e controle social ocorrem; o âmbito estadual, tanto pela administração estadualizada da execução penal, quanto pela possibilidade de construção de redes e parcerias; e também os organismos federais com sua possibilidade de estímulo, financiamento, controle e fiscalização de políticas públicas. A compreensão sobre redes sociais não se esgota em um mapa de serviços ou em um rol de encaminhamentos. Pressupõe, sim, a construção conjunta, o reconhecimento de demandas, a não conformidade com os limites institucionais e políticos estabelecidos e uma incidência criativa e comprometida das instituições. Já a interdisciplinaridade se remete à complexidade que envolve a compreensão da pessoa pré-egressa, a qual certamente não pode ser abordada unicamente por uma disciplina, são necessários conhecimentos oriundos de diferentes áreas já que se tratam de questões não apenas de ordem individual, social, jurídica, entre outros aspectos.

3.4. Reconhecimento da pessoa pré-egressa como sujeito de direitos, comprometimento com os direitos humanos e respeito às diferenças

Compreender a pessoa presa como sujeito de direito significa admitir a prerrogativa de que – ainda que tenha infringido a lei penal – ela não deve ser destituída de humanidade e dignidade e que, a condenação à pena privativa de liberdade, não é uma condenação à privação de todos e quaisquer direitos de cidadania. Nesse sentido, está o reconhecimento das diversidades de toda a ordem e o compromisso ético de superação dos julgamentos morais e moralizantes existentes na compreensão do outro. Assim, principalmente em se tratando de espaços públicos e estatais, como a proposta aqui apresentada, mulheres, negros, índios, migrantes, pessoas com deficiência, LGBTQI+ ou idosas, devem ser vistas e respeitadas nas especificidades e peculiaridades de sua condição pessoal e social.

3.5. Práticas realizadas com avaliação e crítica permanentes

É amplamente conhecido o fato de que – no sistema prisional – os projetos e as iniciativas de práticas de educação, trabalho, formação profissional, cultura, ainda que tenham sido exitosas, dificilmente se tornam rotina ou passam a fazer parte das sistemáticas de cumprimento da pena, pois normalmente estão vinculadas a servidores ou pessoas determinadas e não se constituem como política pública. Trata-se da dificuldade de os serviços se organizarem a partir de sistemas de planejamento. A ausência de indicadores e de processos de avaliação tem implicação direta na (des) continuidade das poucas, mas exitosas experiências existentes.

Considerando a dinâmica da realidade e a complexidade do trabalho proposto, bem como a importância dos processos de avaliação para sua continuidade de programas, é vital o estabelecimento de pautas contínuas de aprimoramento e avaliação da prática. Sendo que esta avaliação deve ser realizada tanto de forma rotineira e concomitante com as atividades, envolvendo diretamente os participantes, como de forma periódica com as instituições parceiras, conforme indicadores a serem estabelecidos.

3.6. Participação social como base das ações

Os princípios acima elencados remetem de forma indubitável à compreensão de que as práticas propostas pela Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-egressas não serão idealizadas,

planejadas e executadas apenas com a ação de uma pessoa designada para tanto. Trata-se de uma proposta de trabalho que compreende a amplitude da problemática na qual se insere e suas expressões no campo social, jurídico e institucional e que, portanto, há a necessidade de que diferentes atores se comprometam e incidam nas práticas que buscam seu enfrentamento. Estão aqui implicados a pessoa presa e seus familiares, as pessoas que são responsáveis pela gestão prisional “na ponta” (agentes de segurança, equipes técnicas, servidores administrativos, professores), operadores do Poder Judiciário e de outras instâncias do sistema de Justiça e das políticas e programas sociais, assim como representantes da sociedade civil.

4 **QUAIS AS INSTITUIÇÕES IMPLICADAS E QUAIS AS ATRIBUIÇÕES PROPOSTAS?**

As atribuições apresentadas abaixo abordam de forma geral as instituições responsáveis pela execução penal e deverão ser, como outros aspectos da Metodologia aqui proposta, ajustadas às possibilidades e limites locais. Da mesma forma, além das instituições aqui elencadas, outras poderão ser chamadas a contribuir, participar e se comprometer formalmente com as atividades de atendimento da pessoa pré-egressa, tais como: conselhos penitenciários, associações de presos e familiares, universidades, Defensoria Pública, Ministério Público, ONGs, organizações do Sistema S, organizações empresariais, Conselhos (Assistência Social, Saúde, Educação, dentre outros), entre outras.

4.1. Escritórios Sociais²

- Articulação com instâncias do Poder Judiciário e dos órgãos do Poder Executivo estadual, responsáveis pela execução das políticas sociais;
- Sensibilização e articulação da gestão penitenciária, da coordenação das assistências ou tratamento penal nos órgãos de administração penitenciária para implementação da Metodologia por seus técnicos, bem como para fomento de estratégias de educação continuada;

² Os Escritórios Sociais são destinados ao atendimento de pessoas egressas e por isto a necessidade de participação na preparação para a liberdade. Em locais que não contarem com este equipamento as atribuições ficarão a cargo de outras instituições com este fim, ou, ainda redistribuídas para as demais instituições aqui elencadas.

- Participação nas capacitações para os técnicos responsáveis pela execução das atividades da Metodologia e criação de espaços de trocas de experiências e de articulação entre os profissionais envolvidos;
- Construção de fluxos entre as unidades prisionais e o equipamento existente para atenção à pessoa egressa;
- Divulgação e identificação de parceiros junto à sociedade civil, articulando recursos em relação à arte, cultura, mercado de trabalho, entre outros;
- Divulgação e mobilização do Conselho Penitenciário, Conselho da Comunidade e Conselhos (educação, saúde, assistência social, dentre outros) para a participação e colaboração com as atividades;
- Mobilização junto às organizações representativas dos municípios objetivando construir pautas conjuntas para a realização das atividades previstas na Metodologia;
- Participação no planejamento, monitoramento, avaliação das atividades previstas;
- Assessorar os profissionais responsáveis pela execução das atividades propostas pela Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas com aportes teóricos e técnicos, possibilitando ajustes dos fluxos de trabalho e a constituição de espaços de escuta e de enfrentamento conjunto das dificuldades encontradas no trabalho;
- Avaliação e atualização periódica do Guia para implementação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas , especialmente ao que se refere às parcerias identificadas em âmbito local.
- Realização de visitas periódicas às unidades prisionais, assessorando a implantação das atividades, sua execução e avaliação, possibilitando também a troca de experiências entre os profissionais das diferentes unidades prisionais.
- Comunicar aos profissionais que aplicam a Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas nas unidades prisionais sobre o ingresso da pessoa por eles encaminhada para atendimento no Escritório Social.

4.2. Órgão Central de Administração Penitenciária³

- Oficialização da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, através da edição de normativas (portaria ou nota técnica) como uma atividade de interesse institucional; (Exemplo de formulação no anexo nº 6)
- Inserção das ações previstas na Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, no planejamento e nas atividades do âmbito da administração prisional;
- Adequação da Proposta da Metodologia à realidade estadual, estabelecendo prioridades, etapas para implantação, fluxos, cronogramas e outros processos específicos, inclusive com a edição de normativas e inserção da Metodologia pelas Escolas Penitenciárias, fomentando processos de formação continuada;
- Estimular as administrações das unidades prisionais objetivando a implantação da Metodologia, buscando o envolvimento dos setores de segurança prisional;
- Liberação e designação dos técnicos e servidores para trabalhos e atividades previstas, tanto internas como externas das unidades prisionais;
- Articulação da Proposta de Metodologia com os demais órgãos de segurança pública estaduais, bem como junto às demais secretarias responsáveis pelas políticas de educação, trabalho, assistência social, políticas para mulheres e de diversidade, entre outras;
- Divulgação e articulação com os órgãos de representação das categorias profissionais envolvidas na execução da Metodologia;
- Inserção da Metodologia nos currículos e atividades das escolas penitenciárias, implementando processos de formação sobre a temática para gestores e servidores;
- Construção de instâncias colegiadas de articulação com os municípios, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e organizações da sociedade civil visando à promoção e avaliação da metodologia, bem como da política de atenção a pessoa egressa, conforme preconiza a Resolução nº 307 de 17/12/2019 do CNJ;
- Gestão da informação sobre as ações realizadas e encaminhamentos para a política de atenção à pessoa egressa.

³ Denominação genérica considerando os diferentes arranjos administrativos estaduais para a gestão da política penitenciária.

4.3. Unidades prisionais

- Divulgação da proposta de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas e mobilização das diferentes instâncias locais de execução de políticas públicas;
- Elaboração do diagnóstico situacional e planejamento local, execução das atividades com participação da direção e representantes dos diferentes setores presentes na administração da unidade prisional, estabelecendo, inclusive, os fluxos internos de comunicação para execução das atividades;
- Organização de fluxo interno de encaminhamento às equipes dos nomes elencados pelo SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), como possíveis participantes das atividades de mobilização de pessoas pré-egressas;
- Adequação da Metodologia à realidade local, estabelecendo prioridades, etapas para implantação, fluxos, cronogramas e outros processos específicos no contexto da unidade prisional;
- Edição de normativas que estabeleçam horários, rotinas e responsabilidades das equipes dirigentes e servidores prisionais para execução das atividades;
- Liberação da entrada de participantes e colaboradores externos nas atividades realizadas no âmbito da Metodologia;
- Divulgação das ações realizadas junto aos meios de comunicação locais;
- Mobilização e articulação de recursos existentes no município: Conselho da Comunidade (saúde, educação, assistência social, dentre outros), universidades, ONGs;
- Representação nas diferentes instâncias locais de participação e controle social das políticas de interesse e afetas à Metodologia;
- Construção de instâncias colegiadas de articulação com os Municípios, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e organizações da sociedade civil, visando à promoção e avaliação da política de atenção a pessoa egressa;
- Gestão da informação sobre as ações realizadas e encaminhamentos para os serviços de atendimento à pessoa egressa.

4.4. Prefeituras Municipais

- Possibilitar o acesso dos pré-egressos e egressos aos serviços de assistência social, educação, saúde, lazer, cultura, esporte, dentre outros do município;
- Considerar a questão da saída da prisão e a problemática nela envolvida como uma corresponsabilidade do município, explicitando metas, objetivos e ações específicas nos planos e programas das políticas locais;
- Possibilitar a participação de servidores municipais nas atividades afetas à sua área de atuação, em atividades realizadas no âmbito das unidades prisionais;
- Estabelecer cotas em postos de trabalho para serviço externo dos pré-egressos e aos egressos nos órgãos da administração municipal.

4.5. Conselhos da Comunidade

- Estimular e apoiar a implantação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas;
- Participar das atividades propostas no âmbito da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, seja nas oficinas temáticas ou como atividades especiais;
- Contribuir com a realização de mediações entre a sociedade civil local e a unidade prisional, na busca de recursos para implementação das atividades previstas na Metodologia.

4.6. Poder Judiciário

- Alerta aos estabelecimentos prisionais, via SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado – do ingresso de cada indivíduo no lapso de seis meses de previsão para concessão de progressão de regime ou livramento condicional;
- Estímulo, através dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMF) dos Tribunais de Justiça, às Varas de Execução para o apoio e participação nas atividades;

- Apoio e acompanhamento dos GMFs aos Escritórios Sociais ou aos equipamentos da comunidade estadual no enfrentamento das dificuldades de implementação da Metodologia;
- Participação das equipes técnicas das Varas de Execução penal no monitoramento e na execução das atividades (como em algumas das oficinas previstas);
- Acompanhamento pelos GMFs e Varas de Execução do planejamento local, da execução e da avaliação das atividades;
- Estímulo das Varas de Execução à participação dos presos nas atividades de preparação para a liberdade, quando em contato com os mesmos;
- Destinação de verbas das penas de multa para fornecimento de materiais necessários para a realização das atividades de mobilização de pessoas pré-egressas, subsidiando tanto a aquisição de insumos para projetos executados pelas equipes dos estabelecimentos prisionais, quanto a execução de projetos propostos por organizações da sociedade civil.



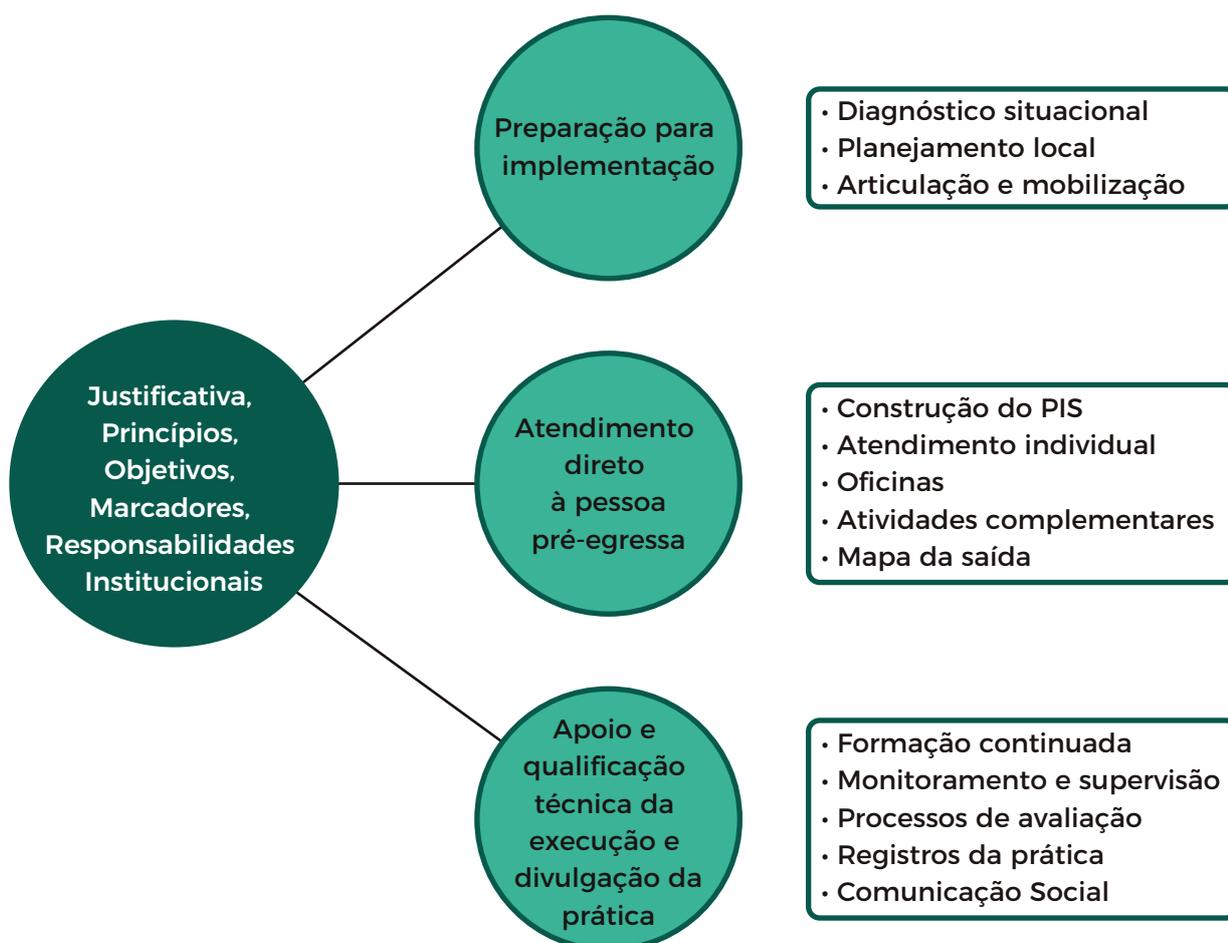
Parte II

PREPARANDO A
IMPLEMENTAÇÃO
DAS AÇÕES

5 COMO A METODOLOGIA SE ORGANIZA? QUAIS OS EIXOS DAS AÇÕES?

A execução das atividades pode ser dividida em três eixos, os quais não devem ser vistos em uma ordem de importância ou aplicação temporal, assim como não podem ser compreendidos separadamente; a ordem e a extensão de cada uma das etapas dependerão das diferentes condições existentes em cada estado da federação e deverão adequar-se às realidades específicas de cada unidade prisional. Sua explicitação se destina a marcar os diferentes espaços de intervenção, necessários para implementação da proposta metodológica aqui apresentada. Abaixo, a representação dos eixos e das atividades correspondentes.

Figura 1: Eixos da metodologia



6 COMO INICIAR A IMPLANTAÇÃO DA METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO DE PESSOAS PRÉ-EGRESSAS? COMO E COM QUEM ARTICULAR?

O planejamento do trabalho para a realização das atividades deve ser estruturado pelos atores do sistema prisional, envolvendo a direção da unidade prisional, servidores da segurança, servidores das equipes técnicas e outros profissionais da unidade prisional ou de outras instituições que poderão de forma direta ou indireta contribuir com o trabalho.

Neste momento poderá ser utilizada a normativa estadual que oficializa no âmbito específico de cada Estado (já mencionada no item 4.2) e o folder explicativo com os principais pontos da Metodologia para melhor entendimento e comprometimento com as atividades (Anexo 1). A mobilização para a implantação da Metodologia poderá contar com outras instituições, como o Escritório Social, a Vara de Execuções Penais ou o Conselho da Comunidade, que poderão dar suporte aos executores e aos coordenadores da Metodologia.

Após a formalização interna, deverão ser iniciados os contatos e as articulações externas à unidade prisional, tais como: Vara de execuções, Conselho de Comunidade; Conselho Penitenciário; Conselhos Municipais Representativos das Políticas Sociais, Secretarias Municipais, Conselhos Profissionais, Universidades e Representantes dos Equipamentos das Políticas Sociais, Sindicatos dos Servidores e Organizações da Sociedade Civil. Estas articulações possuem o objetivo de angariar apoio e recursos para o desenvolvimento das atividades específicas da Metodologia, como avançar na articulação dos recursos da comunidade a serem utilizados quando da saída da pessoa pré-egressa.

7 O QUE É O DIAGNÓSTICO SITUACIONAL?

O diagnóstico situacional tem por objetivo compatibilizar a realidade local com as indicações da proposta metodológica, internalizando ou especificando os objetivos e os demais fundamentos projetados para a execução da Metodologia, trazendo dados objetivos da realidade local e indicando as necessidades, bem como as possibilidades institucionais e técnicas para a execução das atividades. O diagnóstico situacional faz parte do planejamento do trabalho, e é a partir dele que as ações serão desenvolvidas; é o reconhecimento das condições e serviços territoriais e das condições de cumprimento da pena. Deverá ser elaborado pela pessoa responsável pela execução da Metodologia, mas com a participação da direção e de outros servidores da unidade prisional, juiz de execuções e equipe técnica, conselho da comunidade, entre outros envolvidos na execução penal.

Além de estabelecer os parâmetros para a execução das ações da Metodologia no cotidiano dos estabelecimentos prisionais, prevendo suas rotinas, esta ação também poderá alcançar o objetivo de divulgar e mobilizar parcerias necessárias para a execução das atividades. Um exemplo de diagnóstico situacional se encontra no Anexo 2.

7.1. Realidade social

Para elaboração do diagnóstico situacional deverá ser mapeado, no município e na região, os serviços existentes para atendimento das demandas e conhecer o funcionamento das instituições com o intuito de integrá-las às atividades e de elaborar o plano individual e o mapa de saída. Faz parte do mapeamento a indicação de recursos da comunidade que seriam necessários serem acessados, mas que inexistem ou não estão disponíveis. Devem ser apontados ainda aspectos culturais da comunidade que envolvem um maior ou menor apoio para o desenvolvimento do trabalho. Destaca-se que o mapeamento já faz parte do desenvolvimento do trabalho e, portanto, exigirá recursos como a liberação e a designação de servidores para a execução das atividades.

7.2. Realidade prisional

O trabalho deve levar em conta a realidade de cada unidade prisional e seus movimentos, observando fatores como território, acessibilidade e recursos. Deve considerar as características e as demandas da população atendida, as quais indicarão as prioridades e as técnicas a serem adotadas para os objetivos previamente definidos de orientação aos pré-egressos.

Não se trata de realizar uma análise estendida das condições da comunidade local e unidade prisional, pois aqui o importante é contextualizar a realidade para elaboração do planejamento local.

8

COMO ELABORAR O PLANEJAMENTO LOCAL?

A partir da elaboração do diagnóstico situacional, onde foram levantados elementos da realidade, deverá ser realizada a releitura dos elementos aqui contidos para sua aplicação local. Além do diagnóstico situacional, o planejamento local para aplicação da Metodologia poderá: acrescentar objetivos aos já mencionados; trazer especificidades da população carcerária; especificar demandas e rotinas das atividades da Metodologia no estabelecimento prisional (cronograma/ periodicidade/ dias das atividades); acrescentar e definir atribuições de instituições parceiras ainda não apontadas; definir outras atividades de interesse local; definir critérios/ indicadores formatos e periodicidade da realização de avaliação (Roteiro no Anexo 3).



Parte III

ATENDIMENTO
DIRETO

9**COMO SE DÁ O INGRESSO NO ATENDIMENTO?**

Após a elaboração do planejamento local para aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas, serão iniciados os atendimentos propriamente ditos. A partir da comunicação do SEEU, informando a implementação do lapso temporal para concessão do livramento condicional ou da troca de regime, a pessoa presa será chamada a participar das atividades, sendo que, somente após a entrevista inicial e o estabelecimento da pactuação entre ela e o técnico responsável é que se dará objetivamente seu ingresso.

Na pactuação, além da explicação sobre as atividades a serem desenvolvidas no âmbito da Metodologia, deverá ser esclarecido que a participação não será obrigatória e que este acompanhamento não terá caráter avaliativo, portanto esta participação não terá repercussão, positiva ou negativa, nas decisões judiciais. Importante ainda mencionar o comprometimento com o sigilo profissional no contexto dos atendimentos individuais realizados pelos técnicos e a necessidade de respeito à opiniões divergentes e aos pensamentos e sentimentos manifestados pelos participantes das oficinas.

10**O QUE É O PLANO INDIVIDUAL DE SAÍDA?**

O Plano Individual de Saída busca conhecer detalhadamente a situação em que o pré-egresso se encontra, como o tempo de aprisionamento e de pena a cumprir, entre outras informações que permitam organizar a individualização de saída.

Busca-se identificar a demanda que envolve problemas e necessidades sociais, associada ao resgate de laços afetivos/familiares, a inclusão na rede de cuidado de saúde que atendam a integridade das demandas (agravos de saúde, uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas, dependência química, problemas de saúde mental, dentre outras) e da Rede de Proteção Social (SUAS). A demanda também pode estar associada ao vínculo com o trabalho e com o desenvolvimento educacional/cultural, aos benefícios socioassistenciais, à documentação pessoal, aos direitos, atenção e acompanhamento em saúde mental, entre outras necessidades decorrentes da privação da liberdade, observadas a partir do ingresso no sistema prisional. Em linhas gerais, sugere-se a abordagem dos seguintes aspectos:

1. Relação com a Justiça e resumo da trajetória de criminalização e da vida na prisão; vinculação às facções.
2. Condições atuais de saúde física e mental e uso de drogas lícitas e ilícitas; experiências de acesso aos serviços de atendimento e projeções de tratamento.
3. Nível de formação educacional; vinculação com a escola, dificuldades de aprendizagem, registro de *bullying*, razões do afastamento da escola, interesses e expectativas de continuação dos estudos.
4. Formação profissional e vivências no mundo do trabalho; habilidades reconhecidas, preocupações e projeções para o futuro.
5. Presença e papel da família no cumprimento da pena, as vulnerabilidades vivenciadas pela família, proteção social acessada pela família, histórico de violações e violências, relações de responsabilização mútua; existência de outras relações pessoais significativas; percepção sobre papéis de raça e gênero na família e na vida social.
6. Documentação existente e necessária para a saída em liberdade ou para o cumprimento da pena em regime semiaberto.
7. Demandas específicas do atual regime de cumprimento de pena.
8. Outros aspectos importantes envolvidos na história de vida e que poderão ter significado para a saída em liberdade ou permanência no regime semiaberto: participação social, arte, religião, etc.

A partir dos aspectos levantados, deverão ser registrados os interesses, as possibilidades, assim como os aspectos que deverão ser abordados no processo de preparação para a liberdade, compondo então o Plano.

11 O QUE DEVE SER ABORDADO NO ATENDIMENTO INDIVIDUAL?

A partir das demandas definidas no Plano Individual de Saída, os encontros individuais e/ou com a participação de familiares ocorrerão para enfrentamento das questões elencadas, seja em relação à documentação civil, questões familiares ou mesmo outras questões pessoais que podem acarretar uma maior vulnerabilidade quando da liberdade ou de permanência em um regime mais brando.

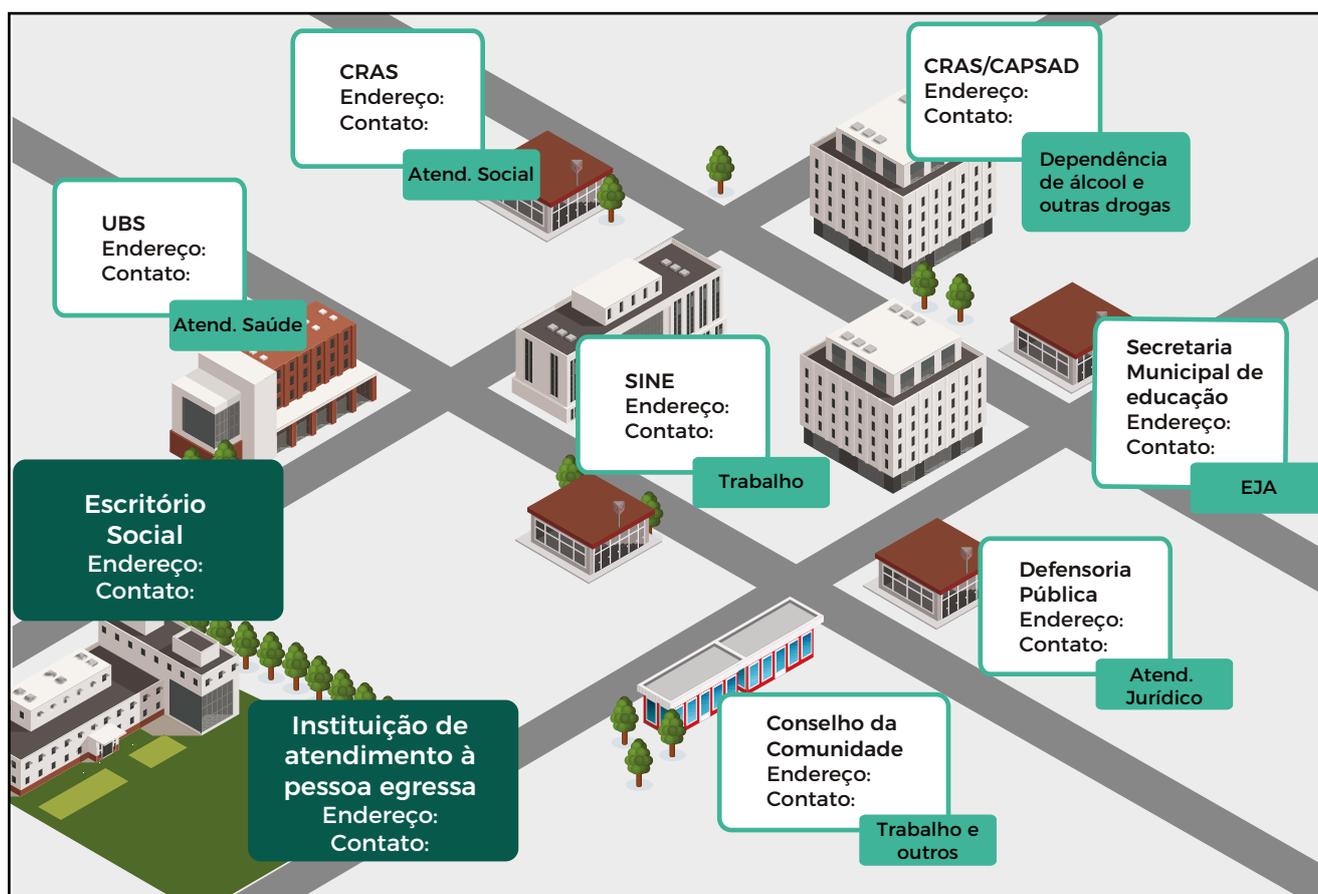
Nestes atendimentos poderão ser utilizadas referências teóricas e instrumentos específicos de cada profissão (Psicologia e Serviço Social) ou outras técnicas mais gerais como círculos restaurativos e comunicação não violenta.

12 O QUE É O MAPA DE SAÍDA?

Após a participação nas oficinas, atendimentos individuais, familiares e em outras atividades, as pessoas deverão avaliar a repercussão das ações realizadas para a construção de seu projeto de saída, como sua participação nestas atividades.

Após esse momento, propõe-se a elaboração conjunta de um “mapa de saída”, o qual conterà o roteiro a percorrer nos primeiros dias em liberdade, elementos de referenciamento para a rede de serviços das políticas sociais, de acordo com as demandas individuais, bem como os encaminhamentos aos equipamentos judiciais quando necessário. Uma via do mapa, com os dados dos locais detalhados (endereço, horário de funcionamento, pessoa de referência, etc.), deverá ser entregue à pessoa pré-egressa para que esta siga com as referências e reflexões do trabalho realizado (Veja anexo 4).

Figura 2: Representação gráfica exemplificativa do Mapa de Saída



A evolução dos atendimentos deve ser realizada no sistema da unidade prisional, destacando os principais referenciamentos realizados, devendo este ser compartilhado com o Escritório Social para eventual busca ativa da pessoa em liberdade.

Junto com o "mapa de saída," deverá ser entregue à pessoa pré-egressa um encaminhamento formal da unidade prisional para o Escritório Social ou para os equipamentos referenciados. Sugere-se a realização de reuniões periódicas com a rede, para avaliação dos fluxos e processos, e, quando necessário, a discussão de casos.

13 O QUE SÃO AS OFICINAS E QUAIS TEMÁTICAS DEVEM SER ABORDADAS?

As oficinas de preparação para a liberdade objetivam tratar temas de interesse geral da pessoa pré-egressa, possibilitando também a socialização das expectativas, temores e alternativas vislumbradas. A troca de experiências possibilita também um espaço de amadurecimento e reflexão sobre o plano individual construído.

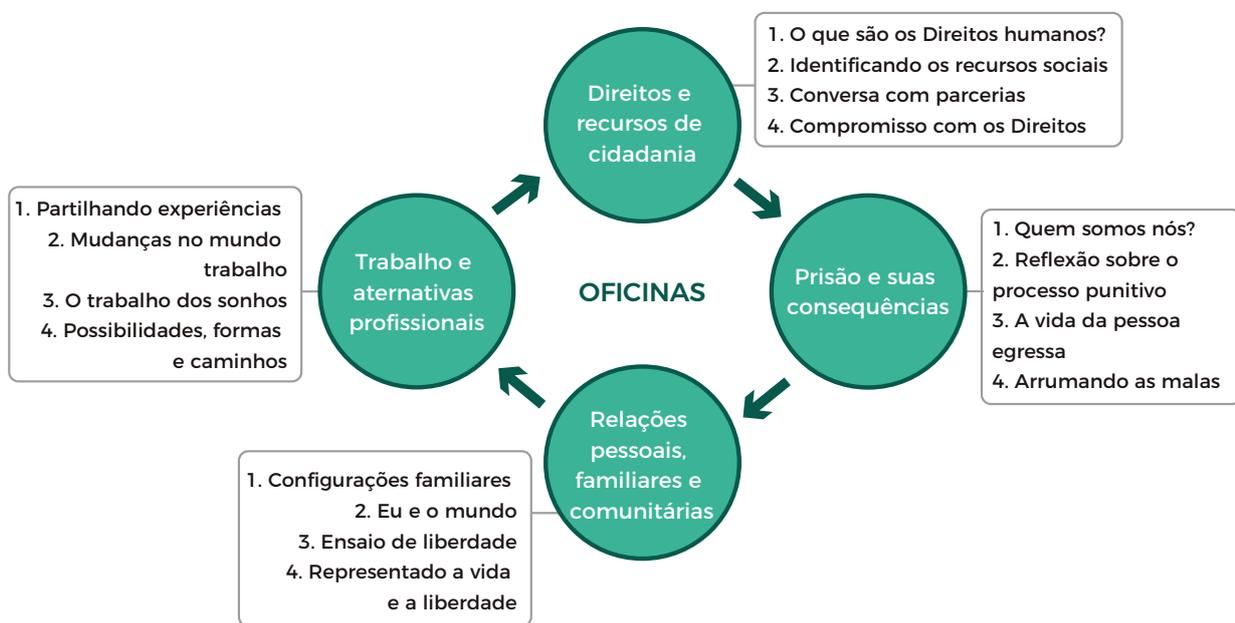
Propõe-se a discussão de quatro grandes temas: (i) relações familiares e comunitárias, (ii) direitos e cidadania, (iii) prisão e suas consequências e (iv) trabalho e alternativas profissionais, as quais são desmembradas em quatro encontros. Destaca-se que não há uma hierarquia entre as temáticas, não existindo prioridade na execução, conforme demonstra a figura 2 adiante.

Com periodicidade semanal, as oficinas (com 2 a 4 encontros para cada uma das temáticas) se organizam a partir de questões norteadoras para a reflexão, um breve texto-base para contextualização da temática e dinâmicas de grupo. Poderão ser filmes e outros elementos culturais destinados a facilitar as informações e reflexões sobre os temas tratados. Dependendo da realidade local, as oficinas poderão contar ainda com participações especiais de convidados (Juiz de Execuções, representantes do Escritório Social ou serviço de atenção à pessoa egressa, representantes dos serviços de saúde e assistência, conselhos de comunidade, familiares, entre outros). Sugere-se a utilização do formato "rodas de conversa", reforçando a participação e o protagonismo de todos, inclusive com a definição de temáticas. A linguagem deve ser simples, didática e elucidativa aos/às pré-egressos(as). Deve também ser levado em conta àquelas pessoas pré-egressas que desenvolvam atividade laboral, podendo ser ofertadas a estas as oficinas em horários diferenciados, se factível para a unidade prisional.

Nos primeiros encontros de cada oficina temática é importante expor a finalidade e as questões que foram propostas para o tema, elementos que deverão ser retomados no final dos quatro

encontros, compondo a avaliação das discussões e do trabalho realizado. Pela dinâmica das movimentações das unidades prisionais, sabe-se que os grupos serão constantemente modificados, por isto a cada encontro é necessário uma breve introdução e apresentação do coordenador e dos participantes.

Figura 3: As oficinas e suas temáticas



Os quatro encontros abaixo delineados para cada uma das temáticas sugerem dinâmicas e textos. Os textos “emoldurados” foram projetados em uma página apenas, pensando na possibilidade de serem reproduzidos e entregues aos participantes. Da mesma forma, há sugestão de atividades cujos textos devem ser reproduzidos e destacados para facilitar a aplicação das dinâmicas sugeridas para o trabalho com os grupos.

14 QUAIS SÃO AS FINALIDADES DE CADA TEMÁTICA E QUAIS SEUS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS?

14.1. Direitos e recursos de cidadania

FINALIDADE

Esta temática traz elementos para o reconhecimento dos direitos humanos e sua importância para a construção de um projeto de vida para quando da saída da prisão, discutindo as possibilidades e as dificuldades para acesso à rede de serviços. Busca-se, então, estimular a inserção nos equipamentos, utilização dos serviços e dos principais equipamentos da rede social local de saúde – física, mental, uso abusivo de drogas – educação, assistência social, formação profissional, indicando também os recursos dos Escritórios Sociais, defensoria pública, conselhos da comunidade e ONGs, grupos de autoajuda, entre outros recursos necessários na saída da prisão.

QUESTÕES NORTEADORAS

Quais meus direitos e deveres como cidadão(ã)? Que recursos existem para o exercício da cidadania? Que impacto o acesso ou não a estes serviços teve na minha vida? Quais as dificuldades que vivenciei para exercer esses direitos? Contribuo de alguma maneira para que meus familiares possam acessar estes direitos? É possível lutar por estes direitos? Como compreendo a relação destes direitos com a liberdade?

1º Encontro O que são Direitos Humanos

DINÂMICA: Leitura e reflexão

Esta dinâmica propõe a leitura do texto base “O significado de ter direitos” a seguir exposto. Pode também ser apresentado o documentário “*What are Human Rights*” (disponível dublado em <https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>).

Após a leitura e/ou exibição do documentário deve-se buscar a compreensão dos participantes sobre as informações do filme e/ou texto, buscando focar na realidade brasileira: como percebem a construção dos direitos humanos no Brasil? Como percebem o impacto da colonização portuguesa com a apropriação de terras indígenas e da escravidão? Como percebem a repercussão destes eventos nos dias atuais?

O SIGNIFICADO DE TER DIREITOS

Os direitos humanos (DH) – como os conhecemos hoje – são frutos de muitas lutas históricas. Muitas mulheres, homens e até crianças deram suas vidas para que pudéssemos reconhecer saúde, educação, habitação, alimentação, o devido processo legal, a não violação do domicílio, e o direito de votar e ser votado, como direitos de todos.

Dessa forma, a luta dos trabalhadores lá na Revolução Francesa em 1896, dos negros nos quilombos e nas cidades pelo fim da escravidão no Brasil, ou das mulheres de diversos lugares no mundo no início do século XX pelo voto, fazem parte dos direitos que constam hoje na nossa Constituição Federal e em outras legislações. Então, podemos dizer que, mais do que uma lei, os Direitos Humanos podem ser considerados como a possibilidade que temos de lutar por uma vida digna para todos.

Com a criação das Nações Unidas (ONU), a partir dos horrores da Segunda Guerra, e, com ela, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos que se seguiram (como as Regras de Mandela, Tratado contra a Tortura e Tratamentos Degradantes) passamos a ter os DH não mais no contexto interno dos países, mas numa perspectiva de universalização. Ou seja, a ideia de que acima da soberania dos países estão os direitos dos cidadãos. Mas, não se trata de algo pronto, resolvido, pois muitas contradições se colocam para que se tornem realidade; precisamos lutar continuamente pela sua constituição e efetivação.

*Os DH possuem **fundamentos éticos** (por ex. os motivos pelos quais entendemos que as mulheres não são inferiores aos homens ou de que os negros foram sujeitos de inúmeras injustiças ao longo de nossa história) que se busca “positivá-los” numa **legislação** (as leis que já temos e outras leis mais que precisamos para garanti-los), mas, precisam também de **políticas públicas** para que sejam implementados. Então, não basta a consciência de um direito e de sua garantia legal. Precisamos ter também instrumentos para sua aplicação, que chamamos de políticas públicas e sociais. Por exemplo, se somos contra a violência sofrida por muitas mulheres, se temos a lei Maria da Penha, temos que ter recursos para que as mulheres possam lutar contra a violência sofrida, como as delegacias das mulheres, unidades de acolhida, etc.*

É neste sentido que nossa Constituição Federal fala do combate à desigualdade social e regional, que traz no artigo 5º os direitos individuais, no 6º os direitos sociais e outros artigos que especificam diversas outras questões que têm a ver com o bem-estar da população e com os direitos de quem está preso. Cidadania, então, não tem apenas um sentido legal, mas implica em uma compreensão de pertencimento, de comprometimento amplo que envolve diferentes direitos e deveres que dizem respeito a todos. Este contexto compromete a sociedade civil e o Estado com suas instituições, e também a forma com que cada um de nós se relaciona com nossos familiares, nossos amigos, nossa comunidade.

2º Encontro Identificando os recursos sociais

DINÂMICA: Conhecer e procurar

Para efetivar direitos é necessário conhecer os recursos existente para fazer frente às diferentes demandas. O quadro a seguir apresenta possíveis demandas e seus recursos; cada um dos itens pode ser separado em cartões; após distribuição aleatória dos cartões, o(a)s participantes devem buscar seu “par”. Em caso de grupos menores, o quadro pode também ser trabalhado na forma de um “quebra-cabeças”, em que cada participante encaixa seus cartões na temática correspondente.

Após a identificação de cada problema e de seu recurso, solicita-se a apreciação do grupo sobre a importância, a efetividade, os critérios e as dificuldades para acessar os direitos referidos, assim como pode ser explicado a vinculação do recurso com a política pública e qual a instância, pública ou privada, responsável por sua execução. A relação abaixo pode ser acrescida de outros elementos avaliados pelo(a) moderador(a), conforme o interesse do grupo.

Passagens para procurar trabalho	CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
Tratamento para tuberculose	Unidade Básica de Saúde
Tratamento para dependência química	AA – Alcoólicos Anônimos / Centro de atenção Psicossocial / CAPS
Encaminhamento para cursos profissionalizantes	Escritório Social
Encaminhamento para trabalho	Conselho da comunidade / SINE
Matrícula no EJA – Ensino de Jovens e Adultos	Secretaria Municipal de Educação
Informações sobre outros processos	Defensoria Pública
Dificuldades para fugir do “mundo do crime”	Organização de familiares de presos
Auxílio para enfrentar a violência doméstica	Movimentos /ONGs de defesa das mulheres
Atitude racista na recusa de fornecimento de documento na delegacia de polícia	Ouvidoria da polícia civil / Defensoria Movimento Negro
Processo de perda da guarda familiar iniciado quando da prisão	Conselho Tutelar

Estes elementos podem ser trabalhados também, com a construção de um grande mapa de recursos e seus endereços locais, na forma como está graficamente sugerido na figura 2 da página 32, que trata da elaboração de um “mapa de saída” individual.

O encontro finaliza com a preparação para a próxima oficina desta temática – que contará com pessoas e instituições convidadas – e, para tanto, deverão ser levantados os principais questionamentos e preocupações sobre as políticas sociais e seus recursos, para serem expostas naquela oportunidade.

Sugere-se também uma divisão de tarefas para a organização do próximo encontro: relatores, responsáveis pela organização da sala, serviço de água e café, elaboração de um pequeno texto de agradecimento para os convidados etc.

3º Encontro Conversa com parcerias

DINÂMICA: Roda de conversa com convidados das instituições parceiras

A partir da identificação das instituições parceiras realizada na elaboração do diagnóstico situacional de aplicação da Metodologia e, de acordo com as demandas elencadas pelo grupo em encontros anteriores, serão convidadas entre duas e quatro instituições cujos representantes farão uma breve explanação do trabalho que realizam e das possibilidades e limites para o atendimento da pessoa egressa.

Os relatores, escolhidos no encontro anterior, farão uma exposição das dúvidas e questionamentos levantados pelo grupo, disponibilizando também a palavra para os demais participantes.

Este encontro poderá ter caráter mais aberto, podendo participar outros servidores, direção e membros da equipe técnica que tenham interesse. No entanto, estas participações deverão ser acordadas com as pessoas representantes das instituições parceiras inseridas no grupo.

DINÂMICA: Construção de carta de intenções e comprometimento

A atividade inicia com o resgate da compreensão sobre Direitos Humanos, que nos coloca a ideia de que os direitos não estão prontos e que decorrem da participação de sujeitos que não se conformaram com injustiças. Neste sentido, não basta apenas reclamar de um direito não cumprido ou de uma violação sofrida. É preciso entender o processo das violações, é preciso não reproduzi-las e, nos posicionemos frente ela, é preciso construir estratégias em busca dos valores ligados à liberdade, igualdade e fraternidade, que simbolizam historicamente os Direitos Humanos.

Por outro lado, também nossa Constituição Federal traz, de diferentes formas, o direito à participação social. Tanto assim que, ao regulamentar os diferentes direitos, especifica a presença do controle social e da participação social, através dos conselhos gestores das diferentes políticas públicas. A Constituição define, então, um entendimento amplo de cidadania, o que quer dizer que o direito de participação é muito mais do que o direito ao voto.

Com este esclarecimento os participantes devem ser estimulados a refletir sobre como podem se comprometer na construção de uma sociedade mais livre, mais igualitária e mais fraterna e, também de como reivindicar e reclamar por seus direitos, aprendendo a se defender de situações de injustiça de forma cidadã e por vias legais. Cada participante deve sugerir um ponto para compor a carta de intenções de Direitos Humanos do grupo; uma cópia será posteriormente entregue a cada membro.

14.2. A prisão e suas consequências

FINALIDADE

A intenção desta temática e das atividades aqui propostas é a reflexão sobre os processos de violência existentes e seus elementos constituintes na sociedade contemporânea, possibilitando a construção de mediações entre os determinantes gerais da criminalidade e sua situação singular de cada pessoa pré-egressa. A intenção é refletir sobre o papel da prisão na sociedade, abordando possíveis processos de amadurecimento e crescimento pessoal, os aportes negativos desta vivência, as possibilidades de resiliência e a necessidade de empreender um processo de “redução de danos” para quando da saída em liberdade.

QUESTÕES NORTEADORAS

Como entendo o papel da prisão na sociedade e o ingresso no “mundo do crime”? Como minhas singularidades (ser mulher, homem, jovem, de cor negra, LGBTQ+) impactaram nesse processo? Qual a repercussão da prisão na minha vida? O que pude aprender com esta experiência? É possível “sair desta”? O que é necessário para enfrentar as consequências dos processos de criminalização e de privação de liberdade?

1º Encontro Quem somos nós?

DINÂMICA: Brasil com P

Utilizando a letra do Rap “Brasil com P”, cuja leitura poderá ser acompanhada da música ou de vídeo em que Gog, seu autor, canta. As questões abordadas, como o preconceito aos pretos e pobres; a seletividade penal; o privilégio de quem tem mais dinheiro; a tendência das instituições ao mero punitivismo; a fragilidade das políticas sociais; o aumento da desigualdade entre pobres e ricos; a dificuldade da população ser ouvida entre outros aspectos abordados na música devem ser

cotejadas com as experiências pessoais. A ideia é superar posturas de mera vitimização, buscando aprofundar a compreensão e a construção de “rotas de fuga” de tais determinações.

BRASIL COM P

Autor: GOG - Genival Oliveira Gonçalves

Pesquisa publicada prova / Preferencialmente preto, pobre, prostituta pra polícia prender / Pare pense por quê? Prossigo / Pelas periferias praticam perversidades parceiros / PM's

Pelos palanques políticos prometem, prometem / Pura palhaçada / Proveito próprio

Praias programas piscinas palmas / Pra periferia / Pânico pólvora pa pa pa!

Primeira página / Preço pago / Pescoço peitos pulmões perfurados / Parece pouco

Pedro Paulo / Profissão pedreiro / Passatempo predileto, pandeiro / Pandeiro parceiro

Preso portando pó passou pelos piores pesadelos / Presídio porões problemas pessoais

Psicológicos perdeu parceiros passado presente / Pais parentes principais pertences

Pc / Político privilegiado preso / Parecia piada / Pagou propina pro plantão policial

Passou pelo porta principal / Posso parecer psicopata / Pivô pra perseguição / Prevejo populares portando pistolas / Pronunciando palavrões / Promotores públicos pedindo prisões / Pecado! / Pena prisão perpétua / Palavras pronunciadas / Pelo poeta periferia

Pelo presente pronunciamento pedimos punição para peixes pequenos poderosos

Pesos pesados / Pedimos principalmente paixão pela pátria prostituída pelos portugueses

Prevenimos! / Posição parcial poderá provocar / Protesto paralisações piquetes

Pressão popular / Preocupados? / Promovemos passeatas pacíficas /

Palestra panfletamos / Passamos perseguições / Perigos por praças palcos

Protestávamos por que privatizaram portos pedágios / Proibido! Policiais petulantes pressionavam Pancadas pauladas pontapés / Pangarés pisoteando postulavam prêmios / Pura pilantragem! / Padres pastores promoveram procissões pedindo piedade paciência pra população / Parábolas profecias prometiam pétalas paraíso / Predominou o predador

Paramos pensamos profundamente / Por que pobre pesa plástico papel papelão pelo pingado pela passagem e pelo pão? Por que proliferam pragas pelo país? / Por que presidente por que? Predominou o predador / Por que?

Pra princesinha, patricinha: Prestígio, patrocínio, progresso, patrimônios, propriedade, palacetes, porcelana, pérolas, perfumes, plásticas, plumas, paetês/ Porque prossegue? / Pro plebeu predestinado: Pranto, perfurações, pêsames, pulseira pro pulso, pinga, poeira, pedradas, pagar prestação por prestação, parceiros paralíticos, paraplégicos, prostituição.

Personalidades públicas podiam pressionar, permanecem paralisadas / Procedimento padrão, parabéns!/ Peço permissão pra perguntar: Porque pele preta, postura parda? Po pensador, pisou, pior, posou pros playboy, pra plateia / Peço postura, personalidade Pros parceiros, pras parceiras / Presidente, palmares proclama: Primeiro, presença popular permanente. Proposta: Pente por pente.

2º Encontro

Roda de conversa com leitura e discussão do texto base

DINÂMICA: Roda de conversa com leitura e discussão do texto base

A partir da reflexão do encontro anterior e da discussão sobre a seletividade do sistema penal e sua opção preferencial para o(a)s preto(a)s e pobres, este encontro será destinado a pensar como o tempo na prisão repercutiu na vida de cada um(a).

O texto abaixo “A prisão e suas consequências” traz alguns elementos para desencadear a discussão e poderá ser lido na sequência por um ou mais membros, ou por partes, focando nos elementos de cada parágrafo.

Após a leitura, algumas questões podem ser colocadas para grupo, tais como: existe possibilidade de termos uma sociedade sem nenhum sistema para punição dos crimes cometidos? Existe prisão sem sofrimento pessoal? De que forma ela seria?

O encontro pode ser encerrado com cada membro relacionando uma consequência negativa e uma positiva que a prisão trouxe para sua vida.

A PRISÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Sabemos que olhar para a criminalidade no Brasil é olhar para um conjunto de fatores que envolvem questões como pobreza, dificuldade de acesso à educação, à formação profissional, local de moradia, raça, cor, entre outros fatores que compõem o processo de criminalização. São situações que estão presentes na “seleção” de quem será alvo da criminalização, do processo penal e, por fim, da prisão. São questões que indicam a (não)implementação dos direitos sociais e, ao mesmo tempo, implicam na dificuldade de respeito aos direitos individuais: o acesso à defesa, a possibilidade de denúncia de violações, também dependem daquelas condições. Assim, alguns autores falam de grupos que “dão a cara para bater” ao processo punitivo, ou seja, aqueles que mais se ajustam a esta seletividade que envolve, entre outros aspectos, os “pes”: pretos pobres, da periferia, conforme a música “Brasil com P” de Gog.

Há também a inerente lógica repressora da prisão, que leva à despersonalização e anulação da subjetividade dos indivíduos; ultrapassa, portanto, a perda da liberdade, pois fere a dignidade dos sujeitos, gerando consequências emocionais, sensoriais e físicas, não só para pessoas presas, mas também aos servidores. Trata-se na permanência em ambientes deteriorados, sujeitos,

úmidos, contaminados, com pouca ventilação, com superpopulação; há ausência de espaços e atividades coletivas, oficinas, salas de aula, etc. e, naturalmente, ausência de privacidade.

Neste sentido, “as rígidas rotinas e os horários pré-definidos, a necessidade de adoção de padrões estereotipados de linguagem e expressão, a imposição de condutas sobre como se deslocar e se dirigir aos servidores, as roupas a serem usadas, são contrapostos à administração autônoma das facções no interior das galerias e alojamentos. Se trata, portanto, de um contínuo de produção e reprodução de ilegalismos e de relações de dominação e de poder, que terão implicações também para as (im)possibilidades que se imporão na vida em liberdade”⁴.

Mas, tudo isto não significa que este período não trouxe nenhum aprendizado. A ideia de que “nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio” indica que as vivências cotidianas e os impactos da realidade que todos nós vivemos, as relações que estabelecemos, nos modificam, nos transformam, nos fazem crescer. E, neste sentido, o tempo de prisão também pode significar amadurecimento, autoconhecimento, superação de crenças, descobertas de novos valores. E, este balanço precisa ser feito, especialmente quando pensamos nos desafios a serem enfrentados na saída da prisão.

3º Encontro **Projetando as vivências e dificuldades da pessoa egressa**

DINÂMICA: Bate-papo sobre os marcadores da pessoa egressa

Os estudos sobre a população carcerária e sua condição quando da saída da prisão trazem alguns marcadores para a condição da pessoa egressa. São algumas condições que serão enfrentadas por grande parte de quem permaneceu preso(a) por algum tempo. A atividade consiste em imaginar um encontro que poderia ser numa mesa de bar, encorajando-as a olharem para estas circunstâncias vivenciadas no momento da saída, projetando seus sentimentos, percepções e desdobramentos possíveis.

A atividade destaca os **Marcadores da condição da pessoa egressa**⁵, os quais devem ser destacados e colocados juntos num envelope e cada membro do grupo deve retirar um dos “marcadores” apresentando aos colegas uma situação hipotética que poderá vivenciar em sua saída envolvendo

⁴ MJ/Depen. WOLFF, Maria Palma. Postulados, princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do Sistema Prisional. Brasília. 2016. <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3ee754e254592ef408806d189d164bb5.pdf>

⁵ MJ/Depen. WOLFF, Maria Palma. Postulados, princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do Sistema Prisional. Brasília. 2016. <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3ee754e254592ef408806d189d164bb5.pdf>

esta questão e trazendo seu sentimento e suas preocupações com este tema. A relação abaixo traz elementos os quais o(a) coordenador(a) da atividade poderá lançar mão para dinamizar a discussão.

1) Mobilidade urbana

A dificuldade de locomoção ocorre porque muitas vezes a pessoa que é liberada da prisão não dispõe de passagens nem para deslocar-se até sua residência, muito menos para cumprir algumas determinações de comparecer ao Fórum ou ao Conselho Penitenciário. Muitas vezes, estavam cumprindo pena em outras cidades e distantes de sua residência. Nesse sentido, é fundamental que todo o trabalho com egressos, como o executado nos Escritórios Sociais, devem prover o acesso à recursos que possibilitem a mobilidade da pessoa egressa.

2) Documentação

É comum a dificuldade de possuir ou de portar sua documentação pessoal, certidão de nascimento, carteira de identidade, certificado de reservista, carteira de trabalho, entre outros. Ainda que a documentação exista ou que tenha sido encaminhada e confeccionada durante a prisão, não há garantia de que o(a) preso(a) possa acessá-la quando de sua saída. Nem sempre a documentação acompanha as diversas transferências de local de cumprimento de pena e nem sempre a documentação é preservada. Há ainda os entraves da Justiça Eleitoral (título eleitoral) e do Exército (certificado de reservista).

3) Fragilidade nos vínculos familiares e comunitários

O período de prisão estabelece, naturalmente, um distanciamento espacial e emocional do convívio com a família. Somam-se a isto, as dificuldades enfrentadas para a realização das visitas, que vão desde o custo do deslocamento, a disponibilidade de tempo exigido, a perda de dias de trabalho, a exposição à revista vexatória, a submissão às regras das 'chefias' da facção, entre outros. Esses aspectos são constitutivos da fragilização dos vínculos, em que o não compartilhamento do cotidiano familiar deixa distante o estabelecimento de relações e experiências de cuidado material e afetivo mútuo. Da mesma forma, o distanciamento da comunidade – seja de amigos ou de relações de trabalho – traz o sentimento de não pertencimento ou de sua prescindibilidade no contexto da família ou da comunidade.

4) Trabalho

Para além da luta pela sobrevivência material, o trabalho está diretamente relacionado à possibilidade de pertencimento ao mundo legal, das pessoas boas e produtivas. Porém, nas condições do mundo do trabalho contemporâneo, a ausência de qualificação e for-

mação profissional, a precária formação educacional e de domínio das novas tecnologias, associados às dificuldades relacionadas ao aprisionamento, entres elas, os preconceitos e discriminações, dificultam e/ou impedem o acesso ao reconhecido 'mundo do trabalho'. Isto porque, se as possibilidades já são muito exíguas para todos os trabalhadores, o serão muito mais para quem está saindo da prisão e que possui todas as marcas daí decorrentes.

5) Moradia

'Ter para onde ir' não significa apenas a possibilidade de ter condições de abrigo e alojamento. Traz o sentido de pertencimento e possibilidade de reconhecer-se em um lugar social, e a possibilidade de ser referenciado(a) nos serviços socioassistenciais. Da mesma forma, não poder indicar um endereço em uma seleção de trabalho ou não poder receber correspondências, constitui mais um limitador na disputa do mercado de trabalho. Este é um aspecto tão significativo que ser egresso do sistema prisional passou a ser uma característica de parte da população de rua atendida pelos equipamentos da Proteção Social Especial, da Política de Assistência Social, como as unidades Centro POP. A demanda por equipamentos e recursos temporários para este fim, já significativa na população em geral, passa a ter para este público um acentuado sentido de urgência.

6) Antecedentes penais e preconceito

Uma consequência do período de encarceramento é, sem dúvida, a discriminação sentida pelos egressos. Se as condições pessoais, baixa escolaridade, precária formação profissional, dificuldades de documentação e de endereço fixo já determinam uma não cidadania, a condição de ex-presidiário(a) será a condição por excelência das resistências e dificuldades a serem enfrentadas não só para inserção no mercado de trabalho, mas em diversos setores da vida social. O registro dos antecedentes criminais demarca, ainda mais, a linha divisória entre os bons e capazes de produzir e os indesejáveis; e os socialmente inúteis e nocivos, linha esta que muitas vezes é extensiva aos familiares, que também passam a ficar marcados como 'familiar de preso'.

7) Dificuldades cognitivas e defasagem informacional

O nível de escolaridade das pessoas que cumprem pena de privação de liberdade no Brasil é paradigmático das desigualdades sociais, da seletividade penal e das exíguas possibilidades existentes quando da saída da prisão. São limitações que serão potencializadas pela dificuldade de acesso à educação formal, cultura, à informação e à formação profissional e, ainda, pela restrição de contato e de troca com o 'mundo lá fora'. Neste

contexto está ainda o restrito trânsito pelas tecnologias de informação – que são rotina e exigência na vida atual – com consequências importantes para o acesso ao mercado de trabalho e a todos os demais serviços sociais.

8) Necessidade de acesso à justiça

Independentemente de qual seja a condição da pessoa egressa, se em final de pena ou em cumprimento de livramento condicional, ou ainda em regime aberto, há constantemente a necessidade de informação sobre o andamento dos processos e sobre direitos e deveres no âmbito da justiça penal. Muitas vezes são necessárias providências burocráticas e jurídicas que se tornarão decisivas para a continuidade e para a organização da vida em liberdade, no entanto, são muitas as limitações para acessar os recursos existentes, entre os quais, a Defensoria Pública.

9) Problemas de saúde

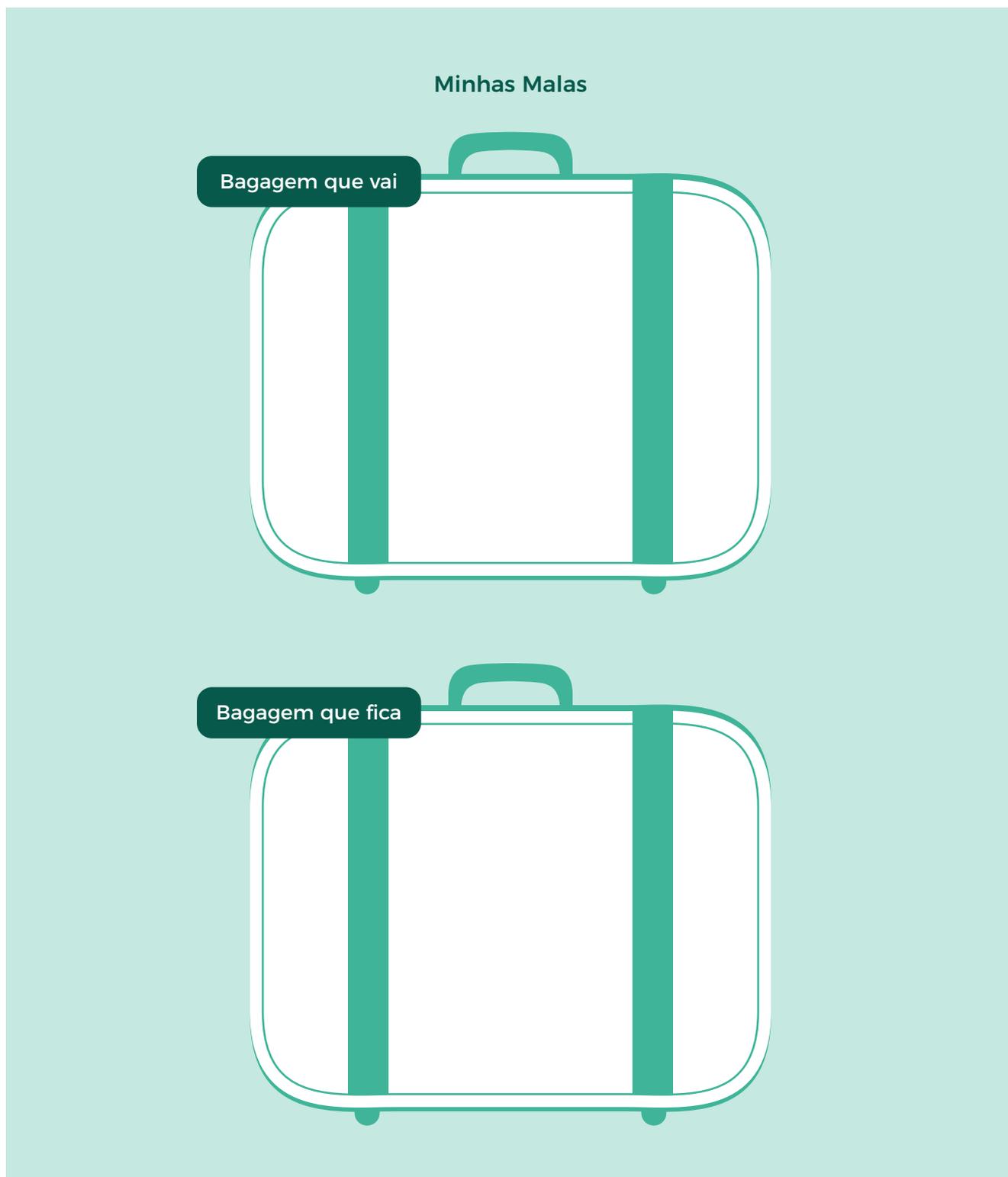
São inúmeras as consequências da prisão para a saúde do(a) preso(a). Doenças infectocontagiosas e uma série de outros problemas de saúde deverão ser enfrentadas e irão somar-se às demais dificuldades apontadas. Destaca-se ainda o uso abusivo de drogas, muitas vezes já presente no processo de criminalização e no contexto prisional, cujo enfrentamento irá demandar esforços por parte da pessoa egressa e de sua família.

4º Encontro As bagagens para viagem de retorno

DINÂMICA: Arrumando as malas

O encontro deve ser contextualizado como fechamento das discussões anteriores e por isto a necessidade de síntese e reflexão individual. Deve ser entregue para cada participante uma folha com a cópia das duas malas. Cada participante deve elencar numa das malas os “pertences” (sentimentos, necessidades, pensamentos) que decidiu deixar e esquecer quando sair em liberdade, e na outra mala devem ser listados aqueles sentimentos e decisões que cada um quer levar, pois serão importantes e necessários nesta viagem em direção à liberdade.

Figura 4: minhas malas



14.3. Relações pessoais, familiares e comunitárias

FINALIDADE

Os elementos desta oficina e dos encontros propostos buscam auxiliar a pessoa pré-egressa a compreender-se inserida em um contexto relacional, superando a visão subordinadora ou vitimizadora. Refletir sobre a importância e os limites das relações familiares e suas implicações em uma via de “mão dupla”. Reconhecer papéis familiares estabelecidos, as especificidades de gênero, a existência de estereótipos e preconceitos, projetando seus impactos quando da saída da prisão. Discutir o processo de responsabilização antes, durante e apesar da prisão.

QUESTÕES NORTEADORAS

O que significa viver em sociedade? Como e com quem compartilho minha vida? O que família significa para mim? Como percebo as relações de gênero? O que espero de minhas relações pessoais? Que compromissos quero/posso estabelecer com a família, com a sociedade e com a comunidade? Como enfrento as dificuldades do meu espaço social e das pressões que ele traz para minha vida?

1º Encontro Configurações familiares

DINÂMICA: Família dentro e fora da “caixa”

Com uma pequena caixa de papelão colocada no centro da roda, a dinâmica busca refletir sobre os diferentes tipos de relações familiares e afetivas que desenvolvemos ao longo de nossa vida, cuja diversidade nem sempre cabe na “caixa” da concepção tradicional de família. Propõe-se que cada pessoa do grupo escreva seu nome num pedaço de papel. Os participantes deverão escolher falar sobre uma relação de afeto e cuidado que vivencia ou que já vivenciou: com filho, pai, mãe, companheira(o) amigo(a). Ao contar sua “história” deverá optar se ela cabe na “caixa” e assim depositar seu nome na caixa de papelão (que deve estar no centro da roda) ou então, optando por uma história que não se enquadra neste padrão, depositar seu nome fora da caixa.

A proposta é compartilhar com o grupo histórias sobre suas relações familiares, podendo compreender o conceito de “família ampliada”, que diz muito mais do cuidado e do afeto do que dos laços sanguíneos e formais entre as pessoas. A coordenação da atividade deve incentivar a realização de depoimentos e o compartilhamento das reflexões.

2º Encontro Eu e o mundo

DINÂMICA: Leitura e reflexão sobre liberdade e determinação

Neste segundo momento de discussão, é proposto ao grupo uma reflexão a partir do texto **Eu e o mundo**. A atividade pode ser pensada de diferentes formas: leitura silenciosa, leitura coletiva, ouvindo a música do Gonzaguinha que é citada no texto, etc. Após este momento deve-se buscar a compreensão de todos sobre as questões abordadas no texto. O foco da discussão é responsabilização pessoal e as possibilidades e limites existentes no contexto da saída da prisão.

EU E O MUNDO

Nossa relação com o mundo se movimenta entre determinações e imposições e possibilidades de liberdade: de pensamento, de decisão sobre aspectos de nossa vida, de posicionamento frente ao que achamos importante, de como lutar por nossos direitos, de como construir nossa relação com a família e a comunidade. Assim, podemos dizer que somos ao mesmo tempo produto e resultado de nosso tempo e suas imposições (de consumo das coisas e das limitações de acesso aos bens que deveriam existir para todos, por exemplo) e de nossa liberdade de decisão frente ao mundo que nos cerca.

Uma pergunta não quer calar: é possível ser livre cumprindo uma pena privativa de liberdade? E outra mais: é possível exercer a liberdade num mundo que nos restringe e que nos mostra apenas “um beco sem saída”? Mas será que não temos alguma responsabilidade na construção deste “beco”? Sobre isto José Paulo Paes reflete em seu pequeno poema “Saldo”, entendendo que o “pior de tudo” é nos negarmos a perceber a realidade, nos acomodarmos e não nos arriscarmos em novas experiências:

...a torneira seca (mas o pior: a falta de sede)

...a luz apagada (mas pior: o gosto de escuro)

... a porta fechada (mas pior: a chave por dentro)

Podemos dizer que, ainda que vivamos na prisão (por si só uma determinação) e com as demais imposições que a acompanham, vamos ter um espaço, nem que seja um espacinho, de liberdade. Por exemplo, posso decidir como tratar meus familiares, se vou ou não lutar, de alguma forma, para melhorar o futuro dos meus filhos, se reforço, ou não, as habilidades que possuo (de relacionamento interpessoal, de criatividade, de trabalho). Vou poder decidir se enfrento meus preconceitos com aquilo que é diferente e que está presente no meu entorno: se encaro meu machismo, minha dependência nas relações afetivas, meu preconceito com pessoas LGBTQ+, se busco compreender e auxiliar nas necessidades de uma pessoa com deficiência, idosa, doente mental que também cumpre pena.

Não se trata de ter poder de decidir integralmente a vida, e sim de saber quais são as lutas que gostaria de travar. A dignidade humana não é uma conta de chegada, mas a possibilidade de lutar por uma vida digna de ser vivida. E, não existe uma vida digna de pessoa isolada; o “mundo a nossa volta” é também o “nosso mundo”, como mostra esta parte de “Caminhos do coração”, música de Gonzaguinha:

*E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
das lições diárias de outras tantas pessoas*

*É tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar*

*É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração*

Diga lá, o que você acha?

3º Encontro Ensaio da liberdade

DINÂMICA: Podemos nos divertir?

No processo de saída, tão relevante quanto os demais momentos de reflexão e conhecimento, está a possibilidade de vivenciar diferentes experiências e sensações. O confinamento tende a produzir limitações sensoriais, cognitivas e psicológicas que precisam ser enfrentadas. Assim, é importante para a preparação de saída, proporcionar atividades lúdicas, excursionadas e acompanhadas em grupo, no caso do regime semiaberto ou, no regime fechado, que suscitem boas e diferentes experiências.

Sugere-se uma atividade descontraída como a organização coletiva de uma festa para os aniversariantes do mês, ou uma rodada de depoimentos sobre “causos” engraçados ou pitorescos que cada um viveu. É fundamental que as pessoas percebam que são merecedoras de alegrias e que a diversão e o lazer devem fazer parte de suas vidas, assim como o trabalho, a educação e os demais compromissos.

4º Encontro Representando a vida em liberdade

DINÂMICA: Em poucas palavras

Com esta atividade, finaliza-se a proposta da oficina sobre relações sociais, familiares e comunitárias. Diante das vivências e experiências dos encontros anteriores, propõem-se a elaboração de uma frase sobre o que é significativo ou, que represente como está sendo para cada um o retorno ao convívio com a família e com a comunidade.

A escrita é livre e pode se expressar em diversos formatos, inclusive através de poesia, desenho, música, redação, relato e depoimento que possa ser compartilhado com o grupo. O importante é valorizar a possibilidade e o direito de expressão dos medos e temores, assim como de esperança e possibilidade de construção de novos projetos de vida.

14.4. Trabalho e alternativas profissionais

FINALIDADE

Trata-se, nesta temática, oferecer alguns instrumentos para a compreensão do mundo do trabalho contemporâneo e suas dificuldades inerentes. Pretende-se possibilitar o acesso à informações sobre demandas locais, tipos de vínculos e de empregabilidade e sobre as possibilidades de recursos para formação e aprimoramento profissional e também abordar os preconceitos existentes no mercado de trabalho, assim como novos campos e carreiras profissionais.

QUESTÕES NORTEADORAS

O que é e o que significa trabalho hoje? Como percebo meus limites e minhas possibilidades de trabalho em liberdade? Como vejo minha inclusão no mundo do trabalho formal depois do tempo de prisão? Que habilidades possuo ou gostaria de desenvolver? Tenho disponibilidade para investir em um resgate profissional? Que problemas existem para colocação no mercado de trabalho? Como enfrentá-los?

1º Encontro Partilhando experiências⁷

DINÂMICA: Cartão dos sonhos⁶

A prisão, e tudo que ela envolve, e as condições de vida no mundo de hoje, muitas vezes nos impedem de sonhar e de projetar possibilidades diferentes das que estamos acostumado(a)s a ter em nossas vidas. Seguidamente deixamos de olhar e reconhecer capacidades que temos porque elas parecem não se encaixar naquilo que acreditamos ser nosso destino de vida. No entanto, sabemos que sem sonhos não há movimento, nos paralisamos antes mesmo de começar a caminhar;

⁶ Dinâmica baseada em “Encantar a vida com a Organização da Produção Comercialização Justa e Solidária e Consumo”. Disponível em: <https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2017/07/2-Encantar-a-vida-com-a-Organiza%C3%A7%C3%A3o-da-Produ%C3%A7%C3%A3o-Comercializa%C3%A7%C3%A3o-Justa-e-Solid%C3%A1ria-e-Consumo.pdf>

o sonho não precisa ser algo grandioso, espetacular, ele só precisa ser um sonho. Por isto, partilhar sonhos é importante, pois assim poderemos conhecer melhor o que realmente desejamos, decidir qual caminho trilhar e as parcerias – internas e externas a nós – que precisamos buscar para caminhar conosco nesta direção.

A ideia deste encontro é possibilitar que todos possam expressar livremente um sonho seu. Para isto, o grupo contará com o “**cartão dos sonhos de trabalho**”, um cartão de cartolina com as palavras “**meu sonho é fazer...**”. Cada pessoa que pegar o cartão deve declarar no que gostaria de trabalhar quando sair em liberdade e quais as habilidades que reconhece em si para tanto; após cada manifestação, o cartão é passado para a próxima pessoa, que, caso não tenha algum sonho para compartilhar deve simplesmente passá-la adiante. As manifestações não devem ser julgadas se são corretas, viáveis ou não; a coordenação da atividade deve anotar as ideias principais e retomá-las para reflexão final do grupo.

2º Encontro As mudanças no mundo do trabalho

DINÂMICA: Infelizmente não estamos sós

Entender os processos por que passou o mundo do trabalho, cujas consequências são muito problemáticas para grande parte da população, e especialmente para as pessoas egressas, é essencial para compreendermos as configurações atuais do mercado de trabalho, suas possibilidades e os limites que se colocam para grande parte da população. O texto abaixo traz elementos para esta reflexão.

O MUNDO DO TRABALHO

A produção, a comercialização e o consumo de bens nem sempre aconteceram na forma que conhecemos hoje. Ou seja, o trabalho, considerado como um processo de transformação da natureza, assumiu na história da humanidade diversas formas de organização. Primeiramente tivemos a vida e a atividade comunitária, onde tudo era compartilhado por todos, depois as formas escravistas no mundo antigo, passando pela servidão na Idade Média e depois o capitalismo, que é a forma de produzir e organizar as riquezas que conhecemos.

O capitalismo definiu duas classes sociais principais: os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção; quer dizer que alguém que tem dinheiro, possui os instrumentos de produção, ou seja, é dono da terra, da fábrica, das máquinas e lucra com o que ali é produzido. Assim, o trabalhador, que não possui estes meios, vende seu trabalho em troca de um salário, que vai ser mais ou menos de acordo com a capacitação deste trabalhador. Assim, temos uma hierarquização da sociedade em que ter dinheiro é ter também o poder de decidir o que será produzido, como será produzido, como será a distribuição das tarefas e quem vai consumir. Os donos dos meios de produção recebem a maior parte da riqueza, por meio de lucros, juros ou renda fundiária, enquanto os trabalhadores recebem somente uma pequena parte, o salário, que garante, apenas precariamente, sua subsistência.

Mas também o capitalismo se modificou desde seu surgimento pelos séculos XVII e XVIII. Tivemos, por exemplo, no início do século XX o modelo que se chamou de fordista, no qual a fábrica tinha centralidade na produção e na vida das pessoas. Assim nasceram os sindicatos que lutavam por direitos de categorias profissionais determinadas. Hoje, temos o modelo neoliberal num contexto de globalização, o que quer dizer que um produto pode ter uma parte de sua produção em um país e outra parte em outro lado do mundo. Assim, compramos com facilidade pela internet, um produto (um celular, por exemplo) que foi produzido na China, com matéria prima brasileira que está sendo comercializado por uma empresa Americana. O trabalhador não tem a visão do todo sobre seu trabalho como tinha antigamente. Mas este novo momento do capitalismo não trouxe apenas esta modificação, pois temos também mudanças nas relações de trabalho. Ou seja, de um momento em que praticamente a única forma de regulamentação das relações de trabalho era um salário fixo com uma jornada de trabalho determinada, passamos a ter inúmeras outras formas em que estas relações se colocam, trabalho informal, jornada parcial, etc. Esta fragmentação trouxe um impacto importante na organização dos trabalhadores, enfraquecendo suas organizações e lutas. Também a tecnologia trouxe muitas modificações na produção. O que antes necessitava de diversos "braços" para ser produzido, hoje é tarefa de apenas uma pessoa, que só precisa saber operar programas de computador que realizam os comandos. Com tudo isto, os trabalhadores estão buscando também, novas formas de lutas por seus direitos, assim como novas de organização do trabalho e de produção econômica.

Após a leitura o coordenador deve solicitar que o grupo destaque os pontos de maior significado, focando especialmente com os aspectos que afetam a condição de ser preso. A reflexão deve buscar aprofundar a conexão destas questões com a condição de vida de suas famílias e com as dificuldades projetadas para conseguir colocação profissional na saída em liberdade.

Devem também ser destacados os trabalhos considerados improdutivos, como a educação dos filhos, o cuidado da casa, o atendimento à pessoas idosas e doentes da família, que por não estarem inseridos em uma relação comercial/financeira, muitas vezes são desconsiderados e desvalorizados.

Sugere-se, quando possível, que, além da leitura e discussão do texto acima, sejam utilizados documentários e pequenos vídeos que explicam as condições atuais do desenvolvimento capitalista.

3º Encontro O trabalho ideal

DINÂMICA: As condições de trabalho

Neste encontro, a proposta é refletir sobre as condições de trabalho e sobre as relações que envolvem as diferentes atividades profissionais e quais as qualidades que elas deveriam desenvolver. Muitas vezes não temos espaço para tomar grandes decisões sobre o que, como, para quem, produzir, mas mesmo assim, precisamos estar alertas para aproveitar os pequenos espaços existentes que, podem sim, representar alguma mudança nas relações de trabalho.

A partir dos indicadores abaixo descritas, a coordenação desafia o grupo a projetar uma atividade que possa contemplá-los. Sugere-se, como ponto de partida, a elaboração de um grande cartaz com as palavras “condições de trabalho” escritas ao centro e seus seis indicadores: legais, trabalhistas, sociopolíticos, ambientais, econômicos e socioeducativos em sua volta. Os participantes devem expor e escrever no cartaz aspectos que caracterizam cada uma delas, também as exemplificando com situações concretas. Abaixo a definição dos aspectos que compõe a caracterização das condições de trabalho.

1) Legais

Respeito à legislação existente e a regulamentação da produção e do produto.

2) Trabalhistas

Respeito às normas de trabalho, considerando as condições de salubridade, de segurança, etc.

3) Sociopolíticos

Os fins que o trabalho possui, a utilidade e as consequências desta produção para a comunidade.

4) Ambientais

Preocupação com a preservação do meio ambiente, de forma direta ou indireta.

5) Econômicos

Remuneração, viabilidade econômica, ganhos e perdas para os diferentes sujeitos envolvidos.

6) Socioeducativos

O que é possível aprender, de forma individual ou coletiva, sobre a atividade.

4º Encontro Possibilidades, formas e caminhos

DINÂMICA: Como trabalhar?

O reconhecimento das diferentes formas de organização do trabalho na sociedade é importante para o reconhecimento dos direitos que temos no mundo da produção. Nesta dinâmica se sugere a utilização de recortes de jornais e revistas para que os participantes possam caracterizar, individualmente ou em pequenos grupos, algumas das formas de trabalho exemplificadas abaixo.

Após esta etapa o grupo se reúne para a exposição das elaborações, explicando o que orientou cada uma. O coordenador deve motivar a discussão sobre os aspectos positivos e negativos de cada um dos tipos de trabalho.

Trabalho formal

Conhecido como “trabalho com carteira assinada” “ou emprego”, o que possibilita as garantias da legislação trabalhista: férias, fundo garantia, etc.

Trabalho informal

Trabalho remunerado sem vinculação formal entre empregador(a) e empregado(a). Muitos trabalhadores domésticos estão nestas condições.

Trabalho voluntário

Atividade realizada sem remuneração e dirigida para auxiliar pessoas e comunidades.

Trabalho não remunerado

Atividades rotineiras que muitas vezes nem são consideradas trabalho, como o cuidado da casa, das crianças e de pessoas doentes.

Trabalho escravo

Desenvolvido em precárias condições, sem remuneração ou gerando dívidas com o próprio empregador.

Empreendedorismo

Possibilidade de criar, manter e gerenciar um “negócio próprio”.

Cooperativas

Sistema de trabalho no qual a propriedade dos meios de produção é coletiva, com participação de todos nas decisões e nos lucros.

Economia solidária

Trabalho entendido como um meio de emancipação, a partir de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa de trabalho diferente da lógica capitalista. Seus princípios são: autogestão, democracia, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.

15 QUE ATIVIDADES COMPLEMENTARES PODEM SER DESENVOLVIDAS?

Além das oficinas prioritárias, devem ser desenvolvidas outras oficinas e atividades, as quais poderão ser realizadas em conjunto com outros setores e serviços da unidade prisional, e podem ser oferecidas também para os presos não vinculados à Metodologia. Tratam-se de atividades culturais: arte e literatura; grupo de familiares; oficinas temáticas: abordando a questão do uso de drogas do meio ambiente de prevenção à saúde, questões de gênero, masculinidades, etnia e classe social; direitos humanos, masculinidades e violência; cursos práticos de curta duração, como informática, artesanato, alimentação saudável, reciclagem de lixo; e sessões de cinema comentado. Um exemplo destas atividades está detalhado no Anexo 5.



Parte IV

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA,
APOIO E DIVULGAÇÃO
DA PRÁTICA

As formas de qualificação, apoio e divulgação da prática abaixo descritas não são atividade que ocorrem de forma isolada, elas são complementares e devem ser organizadas de forma concomitante ao planejamento e desenvolvimento das atividades. Assim, como a representação do fluxograma (figura 5) demonstra, estas atividades não possuem um momento metodológico específico para serem implantadas, pois deverão estar presentes em todo o processo de aplicação da Metodologia.

16 O QUE É A FORMAÇÃO CONTINUADA?

A definição de um processo de formação continuada deve ser vista como parte integrante da Metodologia, pois, as ações propostas são dinâmicas e necessitam ser complementadas com a realidade local e ajustadas nos embates para sua implementação. Assim, o conhecimento da realidade social, das transformações sociais e da relação das políticas públicas com a temática prisional devem ser constantemente alvos de reflexão.

Para o desenvolvimento dos processos de formação continuada podem ser utilizados diferentes recursos: tanto aqueles disponíveis no âmbito da gestão dos serviços penais para a formação de servidores – especialmente as escolas de formação de servidores – como os disponibilizados pelas instituições parceiras (Poder Judiciário, Defensoria Pública) e ainda os recursos locais, tais como Conselho da Comunidade e Universidades. Também devem ser considerados os diferentes meios pedagógicos, presencial, à distância, utilização de redes sociais, entre outros. Sugere-se a definição de três focos prioritários para o processo de formação continuada, expostos a seguir.

16.1. Para executores da Metodologia

A capacitação para a equipe executora deve tratar inicialmente da apropriação dos fundamentos da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-egressas e dos instrumentos e técnicas propostos, visando instrumentalizar os operadores para os desafios desta implementação. No entanto, no transcorrer das atividades devem ser reconhecidas as demandas de formação e aperfeiçoamento da equipe sobre diferentes aspectos teóricos, técnicos e éticos que envolvem o trabalho especialmente levando-se em conta as condições existentes no sistema prisional. Da mesma forma, considerando a dinâmica da realidade, há a necessidade de atualizações sobre diferentes temas afetos ao trabalho.

16.2. Atividades para o conjunto de servidores da unidade prisional

Considerando que a proposta metodológica apresentada diz respeito à realização de um trabalho interdisciplinar, é essencial o envolvimento dos diferentes setores da unidade prisional. Não se trata apenas da compreensão do processo metodológico que o(a)s colegas irão desenvolver, mas do reconhecimento dos fundamentos desta proposta para um trabalho conjunto. Da mesma forma, há temas de interesse da Metodologia que se conectam a outros aspectos do processo de execução da pena privativa de liberdade, que podem ser alvo de discussão e aprofundamento por parte do conjunto de servidores.

16.3. Capacitação da rede de serviços e parcerias

A compreensão da realidade prisional, suas condições e contradições, assim como as legislações que a regulamenta, são aspectos que muitas vezes não conseguem ultrapassar os muros da prisão, que não são apenas construções físicas, pois são também simbólicos da separação e do isolamento social. Por isto e para que seja possível um trabalho conjunto e em rede, é necessário que os serviços que serão acionados para compor o processo de atendimento das pessoas pré-egressas do sistema prisional possam ter conhecimentos básicos sobre a instituição prisional, a legislação afeta à execução penal e sobre o processo de retorno à liberdade. Esta atividade depende das demandas e dos recursos locais, podendo ser articulado, por exemplo, universidades, conselhos de comunidade, Varas de Execução, entre outros recursos.

17 COMO É FEITO O MONITORAMENTO E A SUPERVISÃO DA PRÁTICA?

Para o monitoramento e supervisão da execução das atividades propõe-se a criação dos seguintes dispositivos:

- Equipe de monitoramento e supervisão da Metodologia que poderá ser centralizada no Escritório Social ou nas equipes técnicas das Varas de Execução Penais ou ainda nas coordenações estaduais das equipes técnicas que atuam nas unidades prisionais (VEP).

- Grupos gestores com participação das instituições parceiras na aplicação da Metodologia, visando ao acompanhamento e à colaboração institucional.
- Instrumento de articulação – de forma presencial ou virtual – entre os servidores executores das atividades, em âmbito regional ou estadual, visando à troca de experiências e estudos compartilhados.

18 QUANDO E COMO É IMPORTANTE FAZER A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES?

A avaliação do processo metodológico desenvolvido deve fazer parte de todo o processo de trabalho e de todas suas atividades. Desde o planejamento, passando pelos atendimentos individuais e grupais, as articulações realizadas, as formas de comunicação utilizadas, entre outros aspectos, necessitam ser constantemente repensados para sua afirmação e /ou redirecionamento. Para tanto, pressupõe-se:

- Criação de indicadores quantitativos e qualitativos pelos órgãos responsáveis pelo processo de implantação das atividades, tais como: número e tipo de ações realizadas; número de servidores envolvidos; número de pessoas atendidas; tipo e quantidade de ações direitas realizadas com a pessoa pré-egressa; relação de instituições parceiras; limites encontrados; possibilidades descortinadas.
- A percepção pessoal do pré-egresso sobre o processo de atendimento vivenciado a ser realizada na entrevista de encerramento;
- A participação de todos os atores e instituições envolvidos;
- Espaços para a pesquisa e produção científica em convênio com Universidades, acompanhando a implantação da Metodologia e avaliando os resultados.

19 COMO FAZER A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DIVULGAÇÃO?

A divulgação das atividades deve ser considerada como parte integrante da Metodologia e se destina tanto a reforçar pautas positivas, contribuindo para ampliar a participação social e comu-

nitária no processo de atendimento, quanto para consolidar internamente o desenvolvimento das atividades, e podem contribuir também ainda no processo de avaliação a ser desenvolvido.

O(a) técnico(a) responsável pela aplicação da Metodologia poderá contar tanto com o *release* constante no anexo 1 deste Guia, como com materiais produzidos pelos próprios sujeitos participantes, com artigos científicos produzidos internamente ou pelo meio acadêmico e, ainda, com a divulgação de dados quantitativos e qualitativos consolidados no âmbito da aplicação da Metodologia. Dessa forma, se propõe a divulgação nos seguinte âmbitos:

19.1. Divulgação Interna

- Envolvendo os próprios operadores da Metodologia, com trocas de experiências, exposição de alternativas construídas e levantamento de necessidades de formação;
- Direcionada aos níveis da administração prisional, reforçando o trabalho integrado, a participação e o envolvimento dos diferentes setores vinculados à execução penal;

19.2. Divulgação na rede participante e comunidade em geral

- Com foco na rede parceira, gestoras das políticas sociais e vinculadas à área de segurança pública para constituição de parcerias para implementação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas;
- Para os meios de comunicação locais com vistas a possibilitar maior compreensão da realidade prisional, das possibilidades e capacidades individuais dos sujeitos, bem como maior integração com a comunidade e seus recursos;

19.3. Comunicação científica

Aqui é considerado o envolvimento de Universidades e instituições de ensino, pela participação em eventos acadêmicos, possibilitando a socialização da experiência, aprofundamento teórico, análise e intercâmbio de experiências. Esta participação tem claramente duas vias, que são a

contribuição e o compromisso para com o desenvolvimento social oferecidos pela Universidade, e por outro lado, o aporte de conhecimento da realidade social, da legislação penal e penitenciárias, possibilitado pelo contexto prisional.

20 O QUÊ E PORQUÊ REGISTRAR AS AÇÕES REALIZADAS?

20.1. Registro das atividades em geral

O registro das atividades realizadas, tanto internamente (reuniões com direção e setor de segurança, discussão com outros profissionais, realização das oficinas, etc.) como externamente (reunião com a rede de serviços, com o juiz de execuções, com o conselho da comunidade, participação nos conselhos municipais, etc.), se destina a construir a memória das atividades e a possibilitar a socialização da experiência, podendo ainda se constituir em dados quantitativos e qualitativos para avaliação e redimensionamento das estratégias e instrumentos utilizados. Assim, sem burocratizar a implantação das atividades, sugere-se a adoção de “diário de campo” ou outras formas de registro, ainda que de forma sintética, da prática.

20.2 Registro dos atendimentos individuais

Os registros dos atendimentos individuais, especialmente realizados para elaboração do plano individual de saída, devem ter a preocupação de compor o processo de atendimento e mobilização da pessoa pré-egressa. Portanto, devem contar com a possibilidade de preservação do sigilo sobre os dados individuais levantados e registrados. A elaboração do “mapa para saída” os encaminhamentos para o Escritório Social ou outros serviços deverão ser realizados de forma conjunta com a pessoa atendida e, assim, com sua aquiescência sobre as informações ali contidas e compartilhadas com estes serviços.

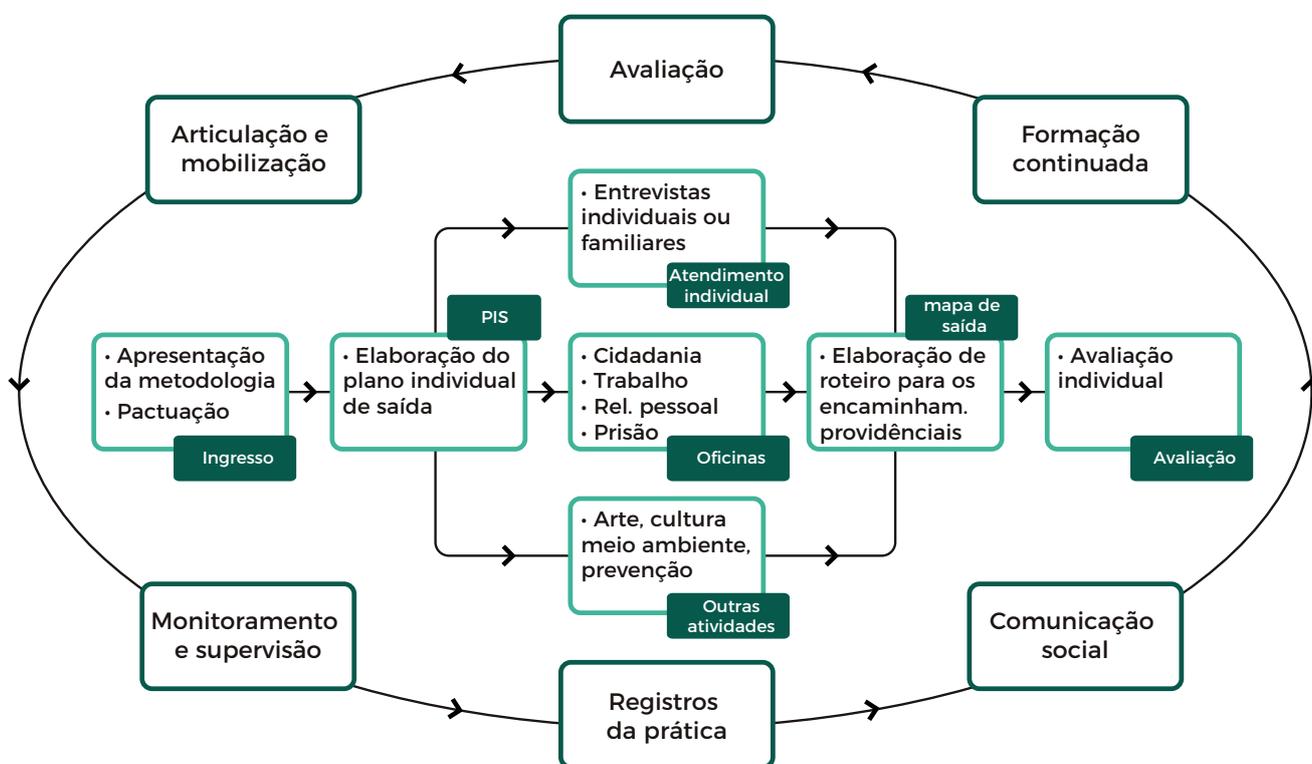
21 DEPOIS DE TUDO, O QUE É IMPORTANTE DESTACAR?

As propostas de ação deste Guia não se constituem em formas definitivas de atuação, mas são orientadores de uma perspectiva metodológica que se preocupa no reconhecimento da realidade

de, suas determinações e possibilidades. Não se trata, portanto, de um programa fechado e definitivo, pois precisa ser apropriado e adaptado às diferentes realidades e possibilidades existentes na diversidade do sistema prisional brasileiro. Destaca-se, no entanto, que todas as ações descritas não se constituem como meras idealizações teóricas, pois procedem de reflexões, sugestões e vivências de inúmeras pessoas, conforme já explicitado.

Outro aspecto a destacar é que todas as atividades propostas são igualmente importantes para a verdadeira aplicação da Metodologia. A figura abaixo procura representar a globalidade das ações e a necessária conexão entre elas:

Figura 5: Fluxograma das ações



Por outro lado, destaca-se que pela complexidade de temas presentes na construção da “Metodologia para atendimento da pessoa pré-egressa”, muitas questões não puderam ser suficientemente aprofundadas neste Guia. Na verdade, cada uma das vinte perguntas aqui abordadas poderia ser discutida, referenciada teoricamente e complementada com muitos dados. Mas este não é o escopo do Guia. Ele pretende despertar, propor e impulsionar ações para a minimização dos problemas vivenciados pelos presos no retorno à vida em liberdade. Desta forma, espera-se que cada servidor, cada instituição ou grupo responsável ou envolvido em sua aplicação possa realizar os aprofundamentos necessários.

Entende-se, no entanto, que todos os esforços seriam inócuos se os princípios propostos (abordados na pergunta nº 3 deste Guia) para a fundamentação da Metodologia não estiverem de alguma maneira presente. Assim, não podemos esquecer que temos como base de todas as ações: o reconhecimento da realidade prisional e de suas consequências; a inserção na realidade social, territorial e comunitária; perspectiva de rede contraposta às práticas endógenas e isoladas; o reconhecimento da pessoa pré-egressa como sujeito de direitos, comprometimento com os direitos humanos e respeito às diferenças; as práticas realizadas com avaliação e crítica permanentes e a participação como base das ações.

BIBLIOGRAFIA

- ANYAR DE CASTRO, Lola. A participação do cidadão na prevenção do delito. **Discursos Sedi-
ciosos nº 7 e 8**. Rio de Janeiro, Instituto carioca de Criminologia, Revan, 1999.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, ed. Letramento, 2018.
- ALEXADER, Michele. **A nova segregação – racismo e encarceramento em massa**. São Paulo,
Boitempo 2017.
- BAPTISTA, Nilo. **Pena Pública e escravismo**. Capítulo Criminológico. v.34 n.3 Maracaibo
sep. 2006. Disponível em: [http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=
=S0798-95982006000300001&lng=es&nrm=i](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-95982006000300001&lng=es&nrm=i). Acesso em 14/04/2016.
- BAPTISTA, Nilo. Os sistemas penais brasileiros. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira (Org). **Ver-
so e reverso do controle penal (des)aprisionando a sociedade da cultura punitiva**. Floria-
nópolis Fundação Boiteux Vol I 2002.
- BARATTA, Alessandro. Cárcel y estado social. **Problemas de legitimación em el estado social**.
OLIVAS, Enrique (org.). Madrid: Editorial Trotta, 1991.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Rio de Janeiro, Revan
2011.
- BARROCO, Maria Lúcia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-polí-
tico**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>
- BEHRING, Elaine R. SANTOS, Silvana M. Moraes. Questão social e direitos. In: **Direitos Sociais
e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009. Disponível em: [https://li-
vroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523](https://li-
vroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523). Acesso em 12/01/2020.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: **Direitos Sociais
e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009. Disponível em: [https://li-
vroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523](https://li-
vroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523). Acesso em 12/01/2020.
- BRASIL. **Lei de Execuções Penais**. Lei nº 7210/84. São Paulo, Editora Saraiva, 1997.
- BRASIL. **Constituição federal**

- CALVI, Kéttini Upp. O controle social nos conselhos de políticas e de Direitos. Revista **Emancipação** 8(1): 9-20, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em 20/04/2010.
- CARVALHO, Salo. O encarceramento da juventude negra brasileira: a decisiva contribuição do poder judiciário. **Revista da Fac Direito UFMG n. 67**
- CARVALHO, Eder A.; KODATO, Sergio; PAULA, Alexandre da S; Diversidade sexual e de gênero no sistema prisional: discriminação, preconceito e violência. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 253-273.
- CASARA, Rubens e PRADO, Geraldo. Dispositivos penais desencarceradores: o óbice hermenêutico. In: ABRAMOVAY, Pedro Vieira e BATISTA, Vera Malagutti (orgs). Depois do grande encarceramento. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional**. Elaboração de Felipe Athayde Lins de Melo. Brasília: CNJ, 2020. (Col. Justiça Presente)
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. RESOLUÇÃO Nº 307, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/original153009202001105e1898819c054.pdf> Acesso em: 15/01/2020
- DUARTE, Evandro Charles P. **Criminologia e racismo**. Curitiba, Juruá, 2011.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização - Junho de 2016. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 20/07/2019.
- FANON, Franz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador, EDUFBA, 2008.
- FLAUZINA, **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UNB, Brasília 2006.
- FERAJOLI, Luigi. Prefácio. In: RIVERA BEIRAS, Iñaki. **Desencarceramento- por uma política de redução da prisão a partir de um garantismo radical**. Florianópolis, Tirant lo Blanch, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1986.

- GONZALEZ, Lelia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. IN: SILVA, LUIZ AUGUSTO, SILVA, L. A. ET AL. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS, MINORIAS E OUTROS ESTUDOS. CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, BRASÍLIA, ANPOCS N. 2, P. 223-244, 1983
- INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS. **Reincidência Criminal no Brasil – Relatório de Pesquisa**. Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/572bba385357003379ffeb4c9aa1f0d9.pdf>. Acesso em 14/04/2016
- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **Mulheres sem prisão. Enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal**. São Paulo 2019. Disponível em: <http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/mulheresemprisao-enfrentando-invisibilidade-mulheres-submetidas-a-justica-criminal.pdf>
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1994.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- HART, Carl. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- KARAM, Maria Lúcia. O processo de democratização e o Poder Judiciário. **Discursos Sediciosos nº 12**. Rio de Janeiro, Instituto carioca de Criminologia, Editora Revan, 2002.
- MACCAULAY, Fiona. Parcerias entre Estado e Sociedade Civil para Promover a Segurança Cidadã no Brasil. Sur - **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Ano 2, número 2, 2005.
- MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle Social da Política de Assistência Social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre, Edipucrs, 2012.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo, Editorial Boitempo, 2013.
- MATTOS, Maurílio Castro. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523>. Acesso em 12/01/2020.
- MELOSSI, Dario e PAVARINI, Máximo. **Cárcere e Fábrica**. As Origens do Sistema Penitenciário (Século XVI-XIX) - Coleção Pensamento Criminológico nº 11.
- MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e família.

- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. **Regras de Mandela**. Disponível em: <http://ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/NelsonMandelaRules.pdf>. Acesso em: 30/03/2016
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS: **Regras de Bangkok** Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf> Acesso em 12/11/2019.
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS **Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes**; Disponível em; <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/tortura/lex221.htm>. Acesso em: 30/03/2016
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Princípios de Yogyakarta. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 30/03/2016
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 15/01/2020
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Pacto de São José da Costa Rica**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pacto-san-jose-costa-rica.pdf> <https://www.conjur.com.br/dl/pacto-san-jose-costa-rica.pdf>. Acesso em: 15/01/2020
- PROVÍNCIA MARISTA BRASIL CENTRO-NORTE/ UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. **Encantar a vida com a Organização da Produção Comercialização Justa e Solidária e Consumo**. Disponível em: <https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2017/07/2-Encantar-a-vida-com-a-Organiza%C3%A7%C3%A3o-da-Produ%C3%A7%C3%A3o-Comercializa%C3%A7%C3%A3o-Justa-e-Solid%C3%A1ria-e-Consumo.pdf>. Acesso em 12/11/2019.
- RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande. Lua Nova: Revista de Cultura e Política nº 69. São Paulo 2006.
- RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In MOTA, Ana Elisabete et al. (orgs) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo, Cortez, 2008. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto_1-4.pdf
- RIVERA BEIRAS, Iñaki. **Desencarceramento- por uma política de redução da prisão a partir de um garantismo radical**. Florianópolis, Tirant lo Blanch, 2019.
- SCHERER, Giovane Antonio. Territórios Violentados e Vidas Descartáveis: a dinâmica espacial do capital diante da crise estrutural. Revista Emancipação v. 18 n. 2. 2018

- STEIN, Rosa Helena. A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias. **Serviço Social e Sociedade n° 54**. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/523>. Acesso em 12/01/2020.
- WACQUANT, Löic. A reinserção do prisioneiro como mito e cerimonia. In: Carlen, Pat; França, Leandro Aires, Org. **Criminologias alternativas**. Editora Canal Ciências Criminais. Porto Alegre, 2017.
- WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria** 1999. Rio de Janeiro, Zahar editores, 2001.
- WOLFF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**. Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2005.
- WOLFF, Maria Palma. **Postulados, princípios e diretrizes para a política de atendimento às pessoas egressas do Sistema Prisional**. Brasília. 2016. <http://www.institutoelo.org.br/site/files/arquivos/3ee754e254592ef408806d189d164bb5.pdf>. Acesso em: 10/08/2019.
- WOLFF, Maria Palma. **Direitos sociais – fundamentos e políticas de implementação**. São Paulo, Estúdio Editores, 2015.
- WOLFF, Maria Palma. Políticas de atendimento à pessoa egressa no Brasil: da idealização à necessidade de reconhecimento da demanda e da responsabilidade pública. In: DAUFEMBACK, Valdirene; DE VITTO, Renato C. P. **Para além da prisão: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil**. Belo Horizonte, Casa do Direito, 2018.
- WORLD PRISON POPULATION LIST 2018. Disponível em / https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl_12.pdf. Acesso em 10/08/2019.
- UNITED FOR THE HUMAN RIGHTS. Documentário: **What are Human Rights** disponível dublado em <https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>. Acesso em 30/03/2016
- VALVERDE MOLINA, Jesús. **La cárcel y sus consecuencias: La intervención sobre la conducta desadaptada**. Madrid: Editora Popular, S.A., 1997
- ZAFARONI, Eugenio Raul. Sentido y justificación de la pena. **Jornadas sobre sistema penitenciário y derechos humanos**. Buenos Aires: Editorial del Puerto, 1997.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A questão Criminal**. Rio de Janeiro, Revan, 2014.

ANEXOS

Anexo 1

FOLDER EXPLICATIVO DA METODOLOGIA

NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DE MOBILIZAÇÃO DE PESSOAS PRÉ-EGRESSAS

A Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-egressas do Sistema Prisional se insere no Projeto Justiça Presente, que é executado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ - em parceria com Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Departamento Penitenciário Nacional – Depen - com alcance em todo o sistema de justiça penal e prisional brasileiro. Uma das preocupações do projeto Justiça Presente é oferecer “Subsídios para a promoção da cidadania e garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional” e, nesse sentido, estão as propostas de criação de Escritórios Sociais para atendimento à pessoa egressa e o auxílio aos estabelecimentos prisionais para a implantação de atividades de preparação das pessoas presas para a liberdade. No Estado Xx a adoção da Metodologia foi regulamentada por yyy.

Os estudos sobre a população egressa e sobre os serviços existentes para seu atendimento indicam a importância de que a preparação para a liberdade se inicie ainda durante o período de prisão; a forma com que a saída da prisão ocorre, sem recursos sociais mínimos e sem vínculo a um atendimento na rede de serviços, não é compatível com a necessidade de construção de novos projetos de vida e em nada auxilia para que esta pessoa não volte a reincidir. As condições de cumprimento da pena no Brasil indicam a necessidade de investimento em novas metodologias de atendimento com o cumprimento dos dispositivos da Lep; ainda que as atividades ocorram apenas no momento imediatamente anterior à saída, é possível fazer diferença na vida da pessoa presa, sua família e seu entorno. Assim, é importante que o Estado, através de suas instituições, se debruce sobre a problemática da pessoa pré-egressa e egressa do sistema prisional.

A Proposta da Metodologia de Atendimento à Pessoa Pré-egressa nas unidades prisionais brasileiras é destinada às pessoas que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto e que estão a seis meses de obterem progressão de pena, liberdade condicional ou liberdade definitiva. No entanto, é uma proposta que não se esgota nas atividades sugeridas, pois visa estabelecer um processo, um movimento que se conecte com as políticas sociais e serviços de atendimento à população e, quando assim existir, aos Escritórios Sociais e a outros serviços específicos para atendimento à pessoa egressa do sistema prisional. O objetivo geral proposto para a Metodologia é:

"Aportar subsídios aos Escritórios Sociais e às equipes dos estabelecimentos prisionais para a mobilização ao atendimento das pessoas pré-egressas do sistema prisional, tendo em vista a construção de projetos de vida com inserção crítica, autônoma e cidadã em sua vida pós-carcerária".

Os objetivos específicos propostos para a aplicação da Metodologia são:

(i) Iniciar com o(a)s pré-egresso(a)s um processo de preparação para a liberdade, possibilitando o reconhecimento das dificuldades e potencialidades individuais, familiares e sociais, visando fortalecer a construção de estratégias para enfrentamento das circunstâncias presentes quando de sua reinserção social.

(ii) Vincular o(a) egresso(a) aos Escritórios Sociais ou a outros serviços de atendimentos pós-carcerários, viabilizando o acesso aos recursos das políticas sociais para a redução das vulnerabilidades existentes e dos danos do processo de prisionização.

(iii) Fomentar articulações com instituições da sociedade civil, do sistema de segurança pública e de justiça penal com vistas à ampliação do comprometimento com o respeito dos direitos das pessoas presas e egressas e ao estímulo à construção de processos desencarceradores.

As instituições implicadas são, entre outras, Vara de Execuções, conselhos da comunidade, secretarias municipais de saúde, assistência social, cultura, conselhos profissionais, universidades, equipamentos das políticas sociais, sindicatos dos servidores e organizações da sociedade civil. A articulação com estas instituições possui o objetivo de angariar apoio e recursos para o desenvolvimento das atividades específicas da Metodologia e também avançar no comprometimento dos recursos da comunidade a serem utilizados quando da saída da pessoa pré-egressa. Portanto, a execução das atividades não se dará apenas intramuros, pois pressupõe tanto a participação dos técnicos da unidade prisional nos eventos e espaços locais como a participação de pessoas representantes de instituições nas atividades realizadas intramuros.

Entre as atividades propostas estão a elaboração de um Plano Individual de Saída, atendimentos individuais e familiares, a organização de oficinas temáticas (cidadania, trabalho, relações sociais, prisão) e de atividades socioculturais (de acordo com as possibilidades e necessidades locais). No final do processo, indica-se a elaboração de um "mapa para a saída" contendo as principais informações e encaminhamentos necessários.

O intuito é de preparação das pessoas pré-egressas, com desenvolvimento de autonomia, possibilitando que elas acessem e demandem serviços e assistências propostos para o exercício da cidadania. Esta autonomia intenciona que a pessoa pré-egressa tenha maior segurança para a saída da prisão e que esteja instrumentalizada com os suportes necessários para a organização de sua vida, no que tange às questões sociais e pessoais.

Levantamento da realidade local

Trata-se do presídio da cidade de Campo Livre, distante 400 km da capital do estado. A cidade possui 30.000 habitantes, e sua economia é oriunda basicamente da agricultura e do comércio. É uma cidade cujo índice de desenvolvimento humano (IDH) está acima da média do Estado, mas, esta “média” é apenas reveladora da significativa desigualdade existente. Os bairros ricos dos grandes produtores rurais contrastam com bolsões de pobreza nos arredores da cidade, com precária infraestrutura e com problemas de saneamento e mobilidade urbana. Talvez por ser rota de tráfico, a cidade registra um significativo índice de violência, pois, conforme mostra o Atlas da Violência 2018, é a terceira cidade do Estado em índice de homicídios.

A cidade conta com uma Universidade Comunitária, com cursos de graduação (entre estes Direito, Medicina, Psicologia e Serviço Social), de pós-graduação (nível de mestrado e especialização) em diversas áreas. A Universidade possui também alguns programas de extensão universitária, como é o caso do curso de engenharia florestal que trabalha com a comunidade na recuperação das matas ciliares, nos rios da região e a organização de uma feira literária internacional, que anualmente mobiliza toda a região.

Conta com três unidades de atenção básica à saúde e apenas um Caps (Centro de Atenção Psicossocial), que atende também demandas de outras cidades pequenas do entorno. Está em processo a criação do Caps Alcool e Drogas no município, já que são registrados inúmeros problemas de uso abusivo de álcool e drogas. O Hospital Universitário conta com poucos leitos psiquiátricos, os quais certamente não dão conta de toda a demanda que não é só do município. Há alguns grupos de Alcoólicos Anônimos atuantes na cidade.

No âmbito da Assistência Social, Campo Livre conta com dois Cras - Centro de Referência de Assistência Social – e um Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – que desenvolvem programas de baixa e média complexidade social no município. Segundo a Secretaria Municipal, não há recursos suficientes para atendimento de todas as demandas da população.

No município existe uma unidade de cumprimento de medida socioeducativa que atende às comarcas dos oito municípios da região. A cidade conta com uma central de penas e medidas alternativas, localizada no Fórum e que opera com dois profissionais da Secretaria de Administração Penitenciária, mas não possui nenhum equipamento para atendimento aos/às egressos(as), que contam apenas emergencialmente com auxílio das igrejas e do conselho da comunidade.

Caracterização da Unidade Prisional

A unidade na qual será implantado o trabalho de mobilização com a pessoa pré-egressa (o outro presídio é um semiaberto masculino com capacidade para 120 presos e com uma população de 190) é de regime fechado, para cumprimento de penas e para prisões preventivas. Possui com capacidade para 300 presos, mas atualmente (setembro de 2019) com uma população carcerária de 730 pessoas, já contabilizadas as aproximadamente 60 mulheres presas. A informação é de que em torno de 55% dos(as) detentos(as) estão em prisão preventiva. Os delitos mais cometidos seguem os dados nacionais, roubo, furto e tráfico de drogas, e grande parte desta população é formado por jovens. A unidade prisional tem sido alvo de inúmeros problemas tais como fugas, “vendas” de alojamento, tráfico de drogas. Neste ano, a unidade prisional foi alvo de uma intervenção da Secretaria de Administração Penitenciária em razão do grande número de fugas e de denúncias de corrupção de agentes penitenciários por venda de vagas nos melhores alojamentos. Neste momento, houve troca de toda a equipe diretiva da instituição.

Aproximadamente 10% dos presos trabalham, sendo que as atividades se restringem aos trabalhos de cozinha, limpeza e de manutenção. A unidade prisional conta com uma Equipe de Saúde (convênio com o Ministério da Saúde), duas professoras do EJA (Educação de Jovens e Adultos) para alfabetização nos ensinamentos fundamental e médio. No entanto, a falta de espaço e de segurança prejudica muito as atividades da escola, havendo queixa dos professores sobre a falta de apoio dos servidores com a liberação dos presos para as atividades. Há também a presença da Pastoral Carcerária e de grupos de igrejas evangélicas.

A equipe técnica é formada por duas assistentes sociais, uma psicóloga e uma advogada, que se encarrega dos processos administrativos disciplinares. Há também grande procura pelo atendimento da Defensoria Pública, no entanto, é o mesmo profissional que atende os dois presídios da cidade e não tem conseguido dar conta da demanda.

Com o apoio da Juíza da Vara de Execuções Criminais, está sendo reativado o Conselho da Comunidade, sendo que as pessoas envolvidas neste processo têm se mostrado interessadas em participar das atividades de mobilização de pessoas pré-egressas. O Fórum local possui duas técnicas (psicóloga e assistente social) que atendem todas as demandas da comarca.

Articulações realizadas

Após reunião com a direção da unidade prisional e com a chefia de segurança prisional tivemos autorização para iniciar as articulações para implantação das atividades. Foi entregue o folder explicativo da Metodologia, sendo que o diretor se mostrou receptivo, apesar de sinalizar que não deve haver prejuízo às outras atividades (elaboração de laudos e atendimentos emergenciais) atribuídas à equipe técnica, e por isto o trabalho será realizado apenas por uma assistente social. A segurança também apontou algumas dificuldades, mas afirmou seu interesse em colaborar.

Paralelo a isso, foram realizadas conversas com as professoras e com a equipe de saúde do presídio, que afirmaram a importância e a necessidade deste atendimento e se dispuseram, na medida de suas possibilidades, a colaborar com as atividades da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas.

Quanto às articulações externas, buscou-se apoio da equipe técnica do Fórum, cujos profissionais ficaram de repassar à Juíza da Vepma a necessidade agendamento de uma reunião com a direção do presídio para reforçar a implantação da Metodologia. Também foram realizados contatos com a Secretaria Municipal de Assistência Social, que mencionou a precariedade dos recursos, mas, mesmo assim, indicou a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para seguir nas articulações.

Nos contatos com a Universidade foram levantadas inúmeras possibilidades de trabalho, como convênios para estágios de Psicologia e Serviço Social, no âmbito das ações da Metodologia e a realização de cursos de empreendedorismo pela Faculdade de Economia e alguma atividade com os professores do curso de Letras. No entanto, estas ações esbarram na necessidade de formalização de convênio, sendo que a direção da unidade irá realizar os encaminhamentos ao órgão central. Outro empecilho é a dificuldade de recursos da Universidade para, por exemplo, remunerar os professores para as atividades de extensão. No entanto, após este contato uma professora do curso de Biologia se propôs a realizar voluntariamente uma oficina para criação de um minhocário para a produção e venda de húmus, utilizando o lixo orgânico do presídio.

O Conselho de Comunidade, que está com nova diretoria, se dispôs a colaborar, principalmente auxiliando a pessoa presa e sua família quando do momento da saída. Foi solicitado à Vara de Execuções Criminais (VEC) a possibilidade de contarmos com verbas de multas judiciais para aquisição de alguns equipamentos e materiais necessários.

Planejamento das atividades de atendimento da pessoa pré-egressa no Presídio X

Diretor da Unidade:

Técnico Responsável:

1. Introdução

Os fins que o trabalho possui, a utilidade e as consequências desta produção para a comunidade. Apresentar o(a)s membros da equipe técnica ou de outra procedência institucional que se encarregarão da implantação das atividades.

2. Objetivos

Transcrever os objetivos propostos para a aplicação da Metodologia constantes neste Guia, e realizar acréscimos ou ajustes, se necessários.

3. Instituições parceiras

Listar as instituições que irão participar das atividades e quais as atribuições que irão assumir.

4. Local e horários dos atendimentos individuais e das oficinas

Mencionar o local de atendimento individual e os de realização das oficinas e das outras atividades, assim como os horários previstos.

5. Recursos para desenvolvimento das atividades

Listar os recursos que serão acessados do próprio presídio e os que serão solicitados à Vara de Execuções Criminais (VEC).

6. Características dos participantes

Estimativa do movimento de saída em livramento condicional e para o regime semiaberto.

to. Se possível, fazer uma breve contextualização das principais características da população a ser atendida (idade, escolaridade, delitos, condenação).

7. Descrição das oficinas

Definir o número de encontros e as técnicas que serão utilizadas para cada temática (Considerando a necessidade de adaptação da forma e do conteúdo proposto neste Guia).

8. Atividades complementares

Descrever outras atividades possíveis a partir dos recursos articulados no diagnóstico situacional (palestras, outras oficinas, cursos profissionalizantes, cine debate).

9. Monitoramento, avaliação e comunicação

Constituição de grupo de trabalho (direção da unidade, técnico da VEC, Conselho da Comunidade, Universidade, etc.) para avaliação e encaminhamentos necessários à continuidade do trabalho. Sugerir formas de comunicação interna e externa à unida

Anexo 4

PLANO INDIVIDUAL DE SAÍDA

Para ilustrar o mapa de saída, contamos a história de R.G.S. de 24 anos.

O rapaz é pré-egresso, encontra-se no Instituto Penal de regime aberto e semiaberto. Possui escolaridade de ensino fundamental incompleto e não conta, até o momento, com capacitação profissional ou histórico de trabalho que possibilitem o seu sustento. Possui documentação pessoal básica tinha histórico de diversas consultas médicas ou baixas hospitalares durante o tempo de aprisionamento no Instituto, e relatos dos demais presos de que estaria apresentando desmaios frequentes. Entretanto, as avaliações médicas não indicavam problemas significativos ou graves para tais episódios e sugeriam que os desmaios estariam associados à possível crise de ansiedade.

No momento da elaboração do Plano Individual de Saída (PIS) foi encaminhado à avaliação psicológica individual, onde foi constatado quadro de deficiência mental. Ou seja, trata-se de desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizado por comprometimento das faculdades que determinam o nível global de inteligência, das funções cognitivas, de linguagem, motricidade e do comportamento. No caso de R.G.S., observou-se comprometimento intelectual, cognitivo e comportamental conseqüentemente mais acentuado do que as demais funções. Diante do quadro, foi possível entender o seu funcionamento e as causas dos sintomas apresentados, incluindo o comportamento que desencadeou o crime pelo qual cumpre pena.

A família de R.G.S. foi chamada para que fossem abordados outros aspectos de laços afetivos e sociais, além de seu histórico e do conhecimento da família sobre a condição intelectual do rapaz. A mãe de R.G.S. compareceu ao Instituto Penal para participar da elaboração do PIS e demonstrou estar reticente quanto ao chamado. Justificou-se sobre a prisão do filho, dizendo que não o apoia ou concorda com sua atitude e que o rapaz teria recebido educação, mas se envolveu com outros rapazes da localidade onde vivem e acabou cometendo um assalto e sendo preso.

R.G.S. é filho mais novo e possui dois irmãos, foi criado pela mãe e pela avó. Sua mãe sustenta a casa, trabalhando como empregada doméstica todos os dias. Desde a infância dos filhos, delegou os principais cuidados à avó durante o dia. Ao chegar tarde da noite, assumia os demais afazeres domésticos. Não há notícias do pai dos filhos. A família reside na periferia da capital. A mãe não demonstrou fazer diferença entre os filhos em termos de afeto. O filho mais velho trabalha e estuda, nunca se envolveu com a criminalidade. Ela disse fazer exigências aos dois filhos da mesma maneira e demonstrou, em princípio, negar a condição de deficiência do filho. Devido às circunstâncias, a mãe compareceu outras vezes ao Instituto para esclarecimentos sobre as dificuldades do filho e para participar da preparação de R para a saída.

A equipe de segurança foi acionada para reservar espaço apropriado em alojamento que respeitasse a condição e a demanda do rapaz até que ocorresse a saída definitiva da prisão. O juiz foi

comunicado sobre as circunstâncias em que R.G.S. se encontra e a necessidade de antecipar a saída através de prisão domiciliar.

Neste caso o atendimento individual e familiar foi priorizado e R.G.S. não participou de oficinas temáticas no plano individual de saída.

Mapa da Saída

Nos dias próximos à saída de R a mãe foi orientada acerca do tratamento que ele necessita, desde as relações familiares até a inserção na educação formal e no trabalho adequado ao seu grau de desenvolvimento. Como R.G.S. estava sendo medicado para ansiedade e para episódios psicóticos, as informações sobre a medicação em termos de nome, indicação, horário a ser ministrado e a frequência de consultas na rede pública foram repassadas verbalmente e por escrito à mãe, que já estava ciente e com aceite da atenção diferenciada que o filho necessita.

No diagnóstico situacional do território foi observado que não há serviço específico para atender R.G.S. no que tange à continuidade da escolarização e atendimento da sua demanda intelectual. Os serviços existentes estão voltados à saúde mental e/ou uso de álcool e outras drogas. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é a instituição que melhor poderia atender dentro de sua limitação, pois sua demanda ultrapassa as especialidades e o foco da APAE. Mesmo assim, a instituição foi contatada para verificar a possibilidade de ser referência à mãe que cuidaria do assunto quando R.G.S. estivesse em liberdade. Ainda, foi feito levantamento de empresas que possuem reserva de vagas para pessoas com deficiência, com o intuito de indicar à família como ajudar R.G.S. a se candidatar a uma vaga. Sugeriu-se inicialmente um supermercado. Esta ideia foi trabalhada nos atendimentos individuais até sua saída.

Foram fornecidos a R e sua mãe endereços e encaminhamentos por escrito para a APAE, para uma Unidade Básica de Saúde, que possui estratégia de saúde da família e poderá acompanhá-lo, e, ainda, para o Centro de Referência de Assistência Social para avaliação de recebimento de Benefício de Prestação Continuada – BPC – para R e/ou para auxílio de sua inserção no mercado de trabalho. Também foram repassados os contatos do Serviço Social do Fórum, caso haja alguma necessidade em razão das condicionalidades do livramento condicional que R inicia.

Os endereços e agendamentos foram também apontados em um mapa real da cidade, de forma que pudessem ser claramente visualizados e localizados pelo(a)s usuário(a)s.

Anexo 5

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os temas enfocados nas oficinas, relações sociais e pessoais, trabalho, cidadania, vida na prisão, e os abordados nos atendimentos individuais, podem ser tratados através de assuntos complementares e a partir de diferentes recursos artísticos e culturais.

Cine debate

O cine debate consiste na transmissão de documentário ou de filme que estimule a reflexão sobre determinado tema. É importante considerar que as orientações e os debates sejam mobilizados de maneira que evite julgamentos morais. Desta maneira, uma abordagem mais didática e, se possível, artística, poderá revelar melhores resultados no processo de responsabilização.

Exemplo de documentário e como pode ser explorado

No exemplo aqui apresentado a questão da cidadania, do trabalho e das relações interpessoais podem ser abordados pelo viés da coletividade e da importância da soma de esforços na transformação da realidade, da busca de uma sociedade mais justa, em especial, do ponto de vista dos direitos humanos.

Lixo Extraordinário é o registro do trabalho do artista plástico Vik Muniz no Jardim Gramacho, maior aterro sanitário da América Latina, localizado na cidade de Duque de Caxias, Rio de Janeiro; foi lançado em janeiro de 2011. Neste documentário, as obras do artista são retratadas com a participação das pessoas que trabalham na reciclagem do lixo. A partir deste contato com a arte e do processo de produção artística em que estas pessoas estão presentes “de corpo e alma” se produz a reflexão sobre as relações interpessoais, consigo, com os objetos e com o planeta. Torna-se uma atividade interessante o debate sobre o documentário porque ele retrata uma realidade próxima daquela vivida pela maioria das pessoas em privação de liberdade. Além disso, trata de assunto que nos interliga: consumo, descarte, preservação do meio ambiente e a desigualdade social. Os aspectos abordados podem ser relacionados à responsabilização com atitudes, com as relações que estabelecemos em outras esferas da vida e de como nos reconhecemos neste sistema e quais estratégias serão possíveis construir. As reflexões são inúmeras e podem render longas horas de debate.

É possível também organizar uma atividade relacionada ao documentário assistido e debatido e promover um mutirão de recolhimento do lixo do ambiente prisional ou realizar plantio de mudas de árvores e flores.

Anexo 6

PORTARIA ESTADUAL DE ADOÇÃO DA METODOLOGIA

Portaria nº

O Secretário de Assuntos Penitenciários do Estado, no uso de suas atribuições decide:

- 1) Adotar a Metodologia proposta pelo Conselho Nacional de Justiça/CNJ, através do Programa Justiça Presente, para mobilização de pessoas pré-egressas dos estabelecimentos penais do sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul.
- 2) Recomendar às equipes técnicas dos estabelecimentos prisionais a utilização dos princípios e fundamentos apostos no material, bem como das diferentes etapas – preparação, execução das atividades, formação continuada, divulgação – assim como dos instrumentos e técnicas contidos no “Guia para aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas”, publicado pelo CNJ.
- 3) Destacar, conforme orientação do referido Guia, a necessidade de que todas as etapas da implantação, execução e avaliação sejam realizadas com a participação direta ou indireta do conjunto de servidores da unidade prisional.
- 4) Registrar o caráter intersetorial e interdisciplinar das ações e, por isto, a constante necessidade de envolvimento, comprometimento e participação de outras instâncias das políticas públicas e sociais, com especial destaque aos atores do sistema de segurança pública e justiça penal, das políticas sociais e equipamentos destinados ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional, bem como organizações da sociedade civil local.
- 5) Destacar o papel da Secretaria e de seus diferentes departamentos no assessoramento e apoio às unidades prisionais para implementação da Metodologia, através do fomento de possibilidades e dos apoios técnico e institucional.

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juizes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Antonio Carlos de Castro Neves Tavares; Carlos Gustavo Vianna Direito; Fernando Pessoa da Silveira Mello

Equipe

Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Anália Fernandes de Barros; Auristelia Sousa Paes Landino; Bruno Gomes Faria; Camilo Pinho da Silva; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Helen dos Santos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Kamilla Pereira; Karla Marcovecchio Pati; Karoline Alves Gomes; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luana Alves de Santana; Luana Gonçalves Barreto; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhães; Rayssa Oliveira Santana; Renata Chiarinelli Laurino; Rennel Barbosa de Oliveira; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Camila Fracalacci; Fernanda Evangelista; Jenieri Polacchini; Mayara Sena; Polliana Andrade e Alencar

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Amanda Pacheco Santos; Anália Fernandes de Barros; André Zanetic; Beatriz de Moraes Rodrigues; Débora Neto Zampier; Iuri de Castro Tôrres; Lucas Pelucio Ferreira; Luciana da Silva Melo; Marcela Moraes; Marília Mundim da Costa; Mário Henrique Ditticio; Sérgio Peçanha da Silva Coletto; Tatiany dos Santos Fonseca

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Rafael Barreto Souza; Izabella Lacerda Pimenta; André José da Silva Lima; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julianne Melo dos Santos

Eixo 2

Claudio Augusto Vieira; Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Solange Pinto Xavier

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Sandra Regina Cabral de Andrade

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Rodrigo Cerdeira; Alexandra Luciana Costa; Alisson Alves Martins; Ana Virgínia Cardoso; Anderson Paradelas; Celena Regina Soeiro de Moraes Souza; Cledson Alves Junior; Cristiano Nascimento Pena; Daniel Medeiros Rocha; Felipe Carolino Machado; Filipe Amado Vieira; Flavia Franco Silveira; Gustavo José da Silva Costa; Joenio Marques da Costa; Karen

Medeiros Chaves; Keli Rodrigues de Andrade; Marcel Phillippe Silva e Fonseca; Maria Emanuelli Caselli Pacheco Miraglio; Rafael Marconi Ramos; Roberto Marinho Amado; Roger Araújo; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Thais Barbosa Passos; Valter dos Santos Soares; Vilma Margarida Gabriel Falcone; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wesley Oliveira Cavalcante; Yuri Menezes dos Anjos Bispo

Coordenações Estaduais

Ana Pereira (PB); Arine Martins (RO); Carlos José Pinheiro Teixeira (ES); Christiane Russomano Freire (SC); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Rodrigues (RN); Fernanda Almeida (PA); Flávia Saldanha Kroetz (PR); Gustavo Bernardes (RR); Isabel Oliveira (RS); Isabela Rocha Tsuji Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Juliana Marques Resende (MS); Lucas Pereira de Miranda (MG); Mariana Leiras (TO); Mayesse Silva Parizi (BA); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Natália Vilar Pinto Ribeiro (MT); Pâmela Villela (AC); Paula Jardim (RJ); Ricardo Peres da Costa (AM); Rogério Duarte Guedes (AP); Vânia Vicente (AL); Vanessa Rosa Bastos da Silva (GO); Wellington Pantaleão (DF)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Equipe

Marina Lacerda e Silva; Nara Denilse de Araujo; Vinícius Assis Couto; Ana Maria Cobucci; Daniela Carneiro de Faria; Denise de Souza Costa; Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel; Igo Gabriel dos Santos Ribeiro; Lívia Zanatta Ribeiro; Luiza Meira Bastos; Pedro Lemos da Cruz; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Viviane Pereira Valadares Felix

Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Acássio Pereira De Souza (CE); Ana Carolina Guerra Alves Pekny (SP); Ariane Gontijo Lopes (MG); Carolina Costa Ferreira (DF); Carolina Santos Pitanga De Azevedo (MT); Cesar Gustavo Moraes Ramos (TO); Cristina Gross Villanova (RS); Cristina Leite Lopes Cardoso (RR); Daniela Dora Eilberg (PA); Daniela Marques das Mercês Silva (AC); Gabriela Guimarães Machado (MS); Jamile dos Santos Carvalho (BA); João Paulo dos Santos Diogo (RN); João Vitor Freitas Duarte Abreu (AP); Laís Gorski (PR); Luanna Marley de Oliveira e Silva (AM); Luciana Simas Chaves de Moraes (RJ); Luciano Nunes Ribeiro (RO); Lucilene Mol Roberto (DF); Lucineia Rocha Oliveira (SE); Luis Gustavo Cardoso (SC); Manuela Abath Valença (PE); Maressa Aires de Proença (MA); Olímpio de Moraes Rocha (PB); Rafael Silva West (AL); Regina Cláudia Barroso Cavalcante (PI); Victor Neiva e Oliveira (GO)

Consultorias Especializadas

Ana Claudia Nery Camuri Nunes; Cecília Nunes Froemming; Dillyane de Sousa Ribeiro; Felipe da Silva Freitas; Phillippe de Freitas Campos; Helena Fonseca Rodrigues; José Fernando da Silva; Leon de Souza Lobo Garcia; Maíra Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Natália Ribeiro; Natasha Brusafarro Riquelme Elbas Neri; Pedro Roberto da Silva Pereira; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Raquel da Cruz Lima; Silvia Souza; Thais Regina Pavez

Ex-Colaboradores

DMF/CNJ

Ane Ferrari Ramos Cajado; Gabriela de Angelis de Souza Penalzoza; Lucy Arakaki Felix Bertoni; Rossilany Marques Mota; Túlio Roberto de Moraes Dantas

PNUD/UNODC

David Anthony G. Alves; Dayana Rosa Duarte Moraes; Fernanda Calderaro Silva; Gabriela Lacerda; João Marcos de Oliveira; Luana Natielle Basílio e Silva; Luiz Scudeller; Marcus Rito; Marília Falcão Campos Cavalcanti; Michele Duarte Silva; Noelle Resende; Tania Pinc; Thais Lemos Duarte; Thayara Castelo Branco

SÉRIE JUSTIÇA PRESENTE

Produtos de conhecimento editados na Série Justiça Presente

PORTA DE ENTRADA (EIXO 1)

Coleção Alternativas Penais

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil

Coleção Monitoração Eletrônica

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para os Órgãos de Segurança Pública
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça

Coleção Fortalecimento da Audiência de Custódia

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia
- Manual sobre Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (EIXO 2)

- Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade (Internação e Semiliberdade) – Caderno I
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros

CIDADANIA (EIXO 3)

Coleção Política para Pessoas Egressas

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais

Coleção Política Prisional

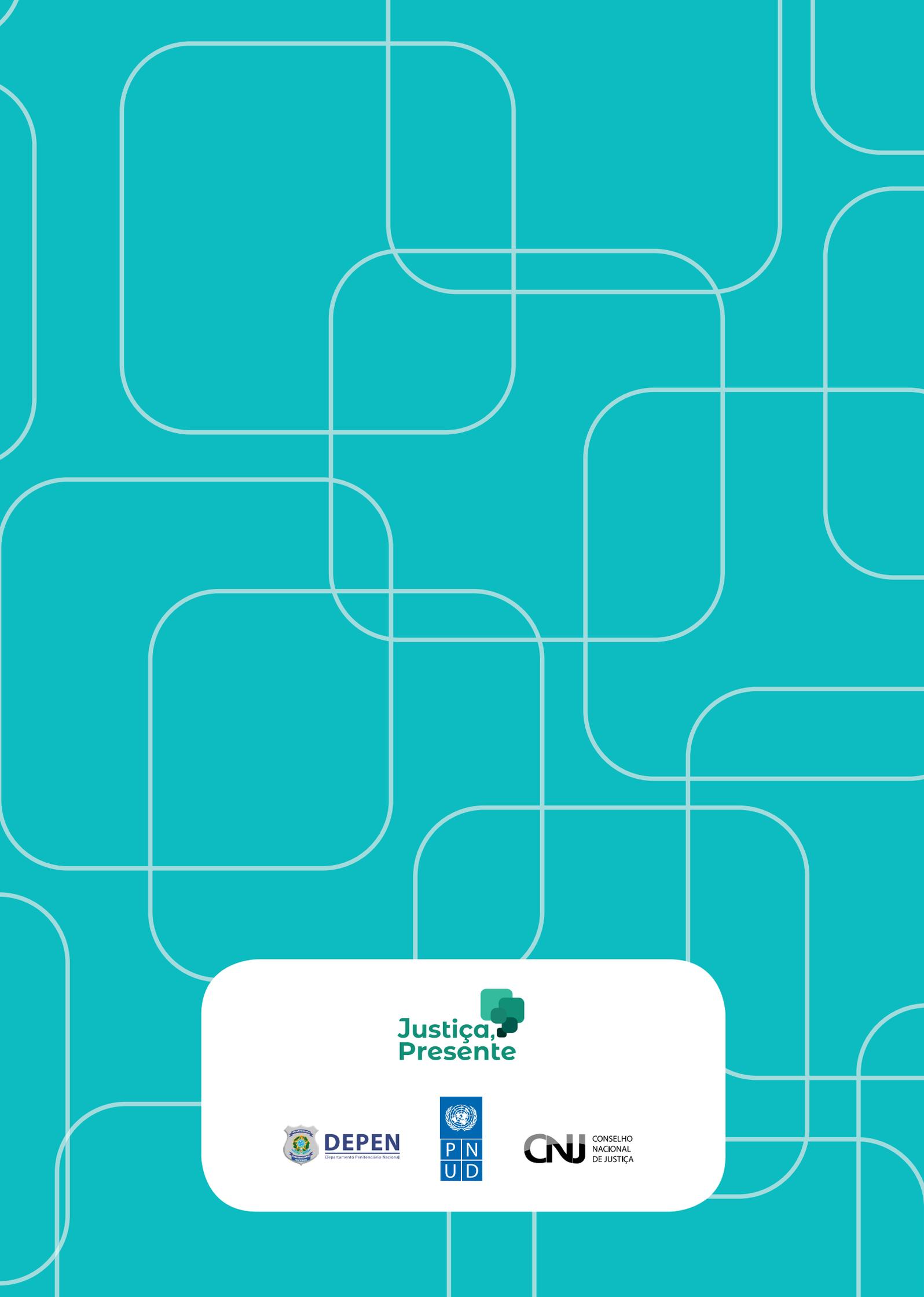
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO (EIXO 4)

- Guia Online com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU

GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS (EIXO 5)

- Manual Resolução 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da COVID-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II



Justiça,
Presente



